



Nº 1155 - Semanal
0,50 €

23 Maio 2002

ACCAO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

RTP

O EMBUSTE CRIADO PELO EXECUTIVO

A certa intervenção de Manuel Maria Carrilho na Assembleia da República baliza a orientação do PS em matéria de serviço público de televisão. Assumindo erros do passado, o vice-presidente da bancada do PS considerou que os socialistas não podem deixar-se bloquear nem manietar, sobretudo quando "ao arripio do que hoje se passa na União Europeia, vemos o novo Governo

arrasar a televisão pública". Carrilho foi mais longe e denunciou o embuste do Governo em matéria de RTP em três pontos: a alienação do canal 1 não tem a ver com dificuldades orçamentais; a estratégia é a de ganhar tempo para dar o golpe final no serviço público; a opção de esconder o canal a extinguir.

► Página 5

SOCIALISTAS DEBATEM ABORTO

A interrupção voluntária da gravidez está de novo na agenda pública nacional e europeia. Apesar de ter sido recusada a sua descriminalização, em referendo, esta problemática mantém-se actual e o seu alcance continua a ser uma incógnita.

No sentido de conhecer melhor a realidade portuguesa, foi aprovada pela Assembleia da República a realização de um estudo sobre o aborto clandestino, que abrange igualmente

áreas associadas como as do planeamento familiar, saúde e educação sexual.

E, enquanto no nosso país se discute demoradamente uma urgente análise do problema, proposto pela deputada Helena Roseta, na Europa protela-se a votação de um relatório sobre direitos reprodutivos. Apesar do impasse, os socialistas não desarmam na procura de soluções para este flagelo social.

► Página 11

COLÓQUIO SOBRE O FUTURO DO PS

APROFUNDAR O DIÁLOGO COM OS INDEPENDENTES

António Mega Ferreira defendeu que "o PS precisa de encontrar uma forma regular de diálogo com os independentes", que poderá passar pela criação de um Fórum de Independentes Socialistas - uma instância de reflexão permanente cobrindo todas as áreas de interesses. Já António Costa, o outro orador

do terceiro debate sobre o futuro do PS, promovido pela Concelhia de Lisboa, reafirmou que "o PS deve ter uma cultura de poder e de Governo", no quadro de um projecto de transformação da sociedade, e defendeu novas formas de organização interna do partido.

► Página 7



TIMOR

NASCEU UM PAÍS

Timor-Leste é a mais jovem nação do mundo, a primeira do século XXI e a 191ª da Organização das Nações Unidas. E fala português. As celebrações do dia 20 foram vividas com lágrimas, muitos risos e explosões de alegria.

► Página 13

PLENÁRIOS DE MILITANTES

OFENSIVA TOTAL AO GOVERNO



Passada a fase mais defensiva, o PS aí está no contra-ataque ao Governo, numa oposição cerrada e sem tréguas. Depois de António Costa ter apelidado Manuela Ferreira Leite de politicamente incompetente, os dirigentes do PS, que no passado fim-de-semana intervieram nos plenários de militantes, realizados nas federações de Vila Real, Portalegre, Viseu e Região Oeste, afinaram pelo mesmo tom e deixaram a mensagem: o actual Governo representa o cavaquismo recauchutado mas sem rumo, parece uma barata tonta e é o mais trapalhão desde o PREC. Por outro lado, ergueram a nossas bandeiras sociais de sempre em favor dos mais desfavorecidos.

► Página 8

A SEMANA REVISTA

Nasceu a República Democrática de Timor-Leste, o primeiro país do século XXI. O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, esteve presente nas cerimónias, bem como o Presidente da República, Jorge Sampaio. António Guterres e Jaime Gama foram outras das personalidades socialistas que se deslocaram a Díli a convite das autoridades timorenses.

Com os votos contra do PS foi aprovado na Assembleia da República o Orçamento Suplementar para 2002.

António Costa e Mega Ferreira foram os oradores convidados do terceiro colóquio organizado pela Concelhia de Lisboa sobre o "Futuro do PS".

Paulo Pedroso, Vitalino Canas, José Sócrates e Pina Moura foram os secretários nacionais destacados para os plenários de militantes realizados sexta e sábado nas federações de Vila Real, Região Oeste, Portalegre e Viseu, respectivamente. Com o discurso político afinado, estes dirigentes não pouparam nas merecidas críticas ao Governo de direita que é "o mais trapalhão desde o PREC".

O líder dos socialistas portugueses no Parlamento Europeu, Carlos Lage, defendeu em Estrasburgo a criação de um imposto europeu.

Os eurodeputados socialistas Helena Torres Marques e Sérgio Sousa Pinto promoveram em Lisboa uma audição pública sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Na sua primeira entrevista após as eleições legislativas ao semanário "Expresso", o secretário-geral do PS deixou em aberto a possibilidade de ser o candidato socialista às presidenciais.

TV RINGUE

ANTOONIO COLAÇO

"Desejo sinceramente que ele (Morais Sarmento) resolva o assunto da RTP com a sua inteligência, que é indiscutível e **não com as luvas de boxe**, num **lastimável regresso ao ringue**."

Duarte Lima, *Expresso*, 18-05-02



Maria Elisa - Espero que o homem não bata numa senhora indefesa!!

Marais Sarmento - Então senhores deputados, regressem ao ringue!

Quero combater em directo para o meu canal de serviço público, TV RINGUE!!

Na verdade, estamos é a assistir ao regresso ao autoritarismo cavaquista, do qual Manuela Ferreira Leite, mais do que Durão Barroso, é o seu expoente máximo. A política do quero, posso e mando, que parecia já não ter lugar entre nós, ressurgiu violentamente a coberto de empoladas necessidades orçamentais, numa gestão de ciclo eleitoral tão à moda do PSD.

EDITORIAL

SEM RAZÃO NEM CORAÇÃO

Depois da RTP, o ataque à função pública é a nova frente de combate do Governo. Para dar a impressão que decide e corta a direito, Manuela Ferreira Leite prepara-se para despedir cerca de 50 mil trabalhadores a eito, sem critério visível a não ser "o critério do Governo", na mais pura das discricionariedades e sem atender às questões sociais que tal medida implica e sem olhar a sectores.

Continuando a dramatizar a herança, esta medida insere-se na lógica do neoliberalismo para a qual repetidas vezes o PS alertou antes das eleições.

Este desenlace já se adivinhava e foi cuidadosamente preparado para não criar de imediato as inevitáveis ondas de choque. Primeiro, houve o cuidado de fazer passar a mensagem que não estavam previstos despedimentos mas sim a transferência de serviços e de que não seriam autorizadas mais admissões. No passo seguinte, o Governo pela voz da ministra das Finanças, vem realçar a necessidade de "emagrecer a função pública" para cortar na despesa, medida que também é justificada com a adequação da administração pública às exigências da sociedade moderna. Finalmente, é conhecida a decisão da não renovação dos contratos de trabalho a prazo.

Esta medida, além de induzir o clima recessivo que já se sente na economia portuguesa, vai provocar um aumento em mais de um por cento do desemprego. Sendo que este um por cento corresponde a pessoas reais com problemas concretos, não se tratando apenas de um simples número. Isto é fazer política sem alma nem coração, tratando as pessoas como objectos, sem o menor respeito pela sua dignidade e necessidades.

Na verdade, estamos é a assistir ao regresso ao autoritarismo cavaquista, do qual

Manuela Ferreira Leite, mais do que Durão Barroso, é o seu expoente máximo. A política do quero, posso e mando, que parecia já não ter lugar entre nós, ressurgiu violentamente a coberto de empoladas necessidades orçamentais, numa gestão de ciclo eleitoral tão à moda do PSD.

Os portugueses foram enganados. Quando o desemprego começar a bater à porta dos trabalhadores, então será a hora de exigir o cumprimento das promessas eleitorais onde não se inscrevem os despedimentos na função pública, nem o aumento do IVA, nem o fim do crédito bonificado à habitação. Quando o logro for evidente para todos os que de boa-fé votaram neste Governo, não haverá escapatória nem salvação. Até lá, continuamos a aguardar temerosos mais medidas de grande alcance social.

SILVINO
GOMES DA
SILVA



Silvino Gomes da Silva

Plenários de militantes

Sexta-feira, 24 às 21.00h

Bragança Auditório Paulo Quintela
Fausto Correia

Guarda IPJ - Instituto Português da Juventude
Pina Moura

Leiria Sede do PS, Leiria
Paulo Pedroso

Santarém Corinthia Santarém Hotel, Sala
Ribatejo A
António Costa

Setúbal Cinema Charlot
Jorge Coelho

Sábado, 25 às 21.00h

Coimbra
IPJ - Instituto Português da Juventude
Jorge Coelho

REUNIÃO COMISSÃO NACIONAL

26 de Maio, 10.30 horas

Sede nacional, Largo do Rato

ORDEM DE TRABALHOS

Análise da situação política

Apresentação, discussão
e votação das Contas de 2001



ENTREVISTA

FERRO DENUNCIA CÓPIA DE MODELO CAVAQUISTA

O secretário-geral do Partido Socialista contesta o programa de redução da despesa do Governo de direita e descreve a política do actual Executivo como "despesista".

Em entrevista de duas páginas ao semanário 'Expresso' Ferro Rodrigues afirma esperar que o Presidente da República "tome a melhor opção para o País", quando lhe for apresentado o Orçamento Rectificativo, escolha que o PS não contestará, embora esteja efectivamente convicto de que "há inconstitucionalidades no diploma".



Apesar de considerar "inaceitável a proposta orçamental restritiva da equipa de Durão Barroso, Ferro garante que o Partido não tem "nenhuma posição de negativismo permanente, nem de oposição sistemática" e que os socialistas irão "trabalhar na reforma do sistema político com total boa fé".

Deixa, no entanto, o aviso, no que toca à segurança social, de que os socialistas não serão "cúmplices de uma descapitalização do sistema público para beneficiar os privados".

O líder do PS alerta para a estratégia do Governo de coligação, naquilo que considera uma reedição da metodologia cavaquista.

"A estratégia de concentrar no princípio das

legislaturas a parte negativa e tentar fazer as coisas positivas no fim, correu-lhes bem uma vez, correu-lhe mal outra vez", recorda, acrescentando que, na conjuntura actual, "jogar com os calendários eleitorais dentro desta lógica é uma aventura extremamente perigosa para a economia portuguesa".

"Ao contrário do que o PSD diz, não existe crise", reitera o secretário-geral, reconhecendo recear "que este tipo de estratégia possa conduzir o País a uma crise económica e a uma recessão profunda".

Ferro exemplifica com o volte-face das promessas eleitorais de Barroso, clarificando que o que o alegado Orçamento Rectificativo faz é aumentar os impostos e cortar no

investimento público, contrapondo a ideia de consensualidade permissiva por parte do eleitorado.

Afinal, afirmou: "Não tenho a ideia de que os portugueses sejam masoquistas e, mesmo quando sentem que foram enganados e que estão a ser ameaçados, fiquem contentes com isso."

No plano da administração interna do País, Ferro Rodrigues defende a necessidade urgente de que em Portugal se tomem decisões para controlar a imigração, de modo a que não surjam situações que façam perigar a democracia.

O secretário-geral do PS elogia as medidas de segurança propostas pelo socialista António

Vitorino em Bruxelas.

O líder socialista considera que "não se pode dar a ideia de que Portugal é o paraíso para toda a imigração de todo o mundo, porque não temos condições para isso e gerar-se-ia em Portugal, a médio prazo, uma situação totalmente incontrolável com consequências graves para a democracia".

Quanto ao tema do momento, o audiovisuista, Ferro Rodrigues reconhece que a política do PS para o sector falhou "tal como a do PSD", cujas medidas para a RTP não são as adequadas, mas sim "uma demonstração do autoritarismo pelo autoritarismo".

Em relação ao serviço público que a RTP tem prestado nos últimos meses, Ferro admite que "um canal público mesmo generalista teria obrigação de ir bastante mais longe".

Ferro Rodrigues deixa claro que discorda das declarações do antigo secretário-geral do PS Mário Soares, de que o partido tem que regressar à esquerda, isto porque, segundo afirma, o partido "nunca saiu da esquerda" e o que é preciso é apresentar "propostas concretas".

Ferro afirma não estar preocupado com divergências internas no seu partido: "Se há socialistas nervosos, os Estatutos permitem que esse nervosismo se traduza em intervenções. Não me preocupa nada. É normal."

Quanto à possibilidade de se vir a candidatar a Belém em vez de concorrer a primeiro-ministro, Ferro Rodrigues considera "um total absurdo estar a fazer projecções para daqui a quatro anos", tudo dependendo do que acontece até 2006, mas não exclui a hipótese. É que, "nestas coisas da política, é preciso que haja uma conjugação de vontades".

M.R.

INSTITUTO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA

SOARES CONTRA EXTINÇÃO

O ex-Presidente da República Mário Soares manifestou-se, em Coimbra, contra a decisão do Governo de extinguir o Instituto de História da Ciência e da Técnica (IHCT).

"Não posso aceitar que assim se faça", disse Mário Soares, considerando que a opção do Governo de Durão Barroso constitui um "acto muito nocivo para a ciência portuguesa".

O deputado socialista do Parlamento Europeu falava aos jornalistas, durante uma visita a uma exposição sobre o universitário antifascista Bento de Jesus Caraça.

Parte significativa do espólio já esteve exposta em Lisboa, por iniciativa da Fundação Mário Soares, e encontra-se agora em Coimbra, no Palácio Sacadura Botte, um dos edifícios que integram o Museu Nacional da Ciência e da Técnica.

Mário Soares escreveu um elogio no livro de visitas do museu, onde enaltece a instituição dirigida pelo professor Paulo Trincão pela actividade "tão promissora na divulgação da nossa ciência".

Mário Soares disse que compreendia até a necessidade do Executivo da coligação PSD/PP promover "equilíbrios orçamentais".

"Mas não podemos ser cegos", frisou, manifestando a esperança de que a anunciada extinção do instituto/museu possa ainda "ser evitada" pela opinião pública.



RTP

CARRILHO ACUSA GOVERNO DE CRIAR UM EMBUSTE

Manuel Maria Carrilho suspeita que o Governo se prepara para entregar aos operadores privados de televisão o mercado publicitário e o monopólio do audiovisual nacional.

A posição do ex-ministro da Cultura foi manifestada Assembleia da República, numa intervenção muito aplaudida pela bancada socialista. O ex-ministro da Cultura começou por advertir de que o "reconhecimento dos erros" dos governos socialistas em matéria de audiovisual não irá bloquear agora as posições do PS nesta área. Depois, acusou o Governo de estar a criar "um embuste" com a sua estratégia de "privatizar, fechar, ou concessionar" um dos dois canais de serviço público. "A suspeita de um telenegócio já foi lançada e - é preciso reconhecê-lo - ela vai recolhendo cada vez mais indícios, ela aumenta com cada passo que o Governo dá", disse Manuel Maria Carrilho.

Segundo este vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, perante a actual estratégia do Governo para o serviço público de televisão, só há dois caminhos possíveis. "Ou o Governo fecha um canal e entrega de uma forma totalmente suspeita aos operadores privados o mercado publicitário (e o monopólio do audiovisual nacional), ou privatiza (ou concessionaria) um canal a privados e, então, apenas contribui para degradar ainda mais a oferta televisiva nacional", sustentou.

Manuel Maria Carrilho deixou também uma advertência ao actual Governo, ao assegurar que o PS "está firmemente determinado a não deixar, por todos os meios ao seu alcance, que o crime se concretize".

"Isso seria privar os portugueses de um serviço público a que têm direito, desregulando e degradando o panorama audiovisual português e empobrecendo, de um modo talvez irreversível, a nossa vida colectiva", acrescentou o dirigente da bancada socialista.



Conflitualidade e ruptura

Por seu lado, o líder da bancada do PS, considerou que o Governo deu mais um passo "para a conflitualidade e para a ruptura" ao apresentar com carácter de urgência uma proposta de alteração à lei da televisão. De acordo com António Costa, "o poder num Estado de Direito exerce-se nos termos constitucionais e da lei".

"É inaceitável que o Governo pretenda mudar as regras (da lei da televisão) a meio do jogo, só porque o Conselho de Opinião da RTP lhe deu um parecer desfavorável!" à nomeação de um novo conselho de administração para a empresa, declarou o presidente do Grupo Parlamentar do PS.

Para António Costa, as regras em vigor, "que o Governo agora quer eliminar, visavam a

desgovernamentalização da RTP". A garantia do líder da bancada é a de que os socialistas vão "trabalhar para uma solução construtiva face à necessidade de assegurar o pluralismo e a liberdade na comunicação social pública".

GP/PS estuda possível inconstitucionalidade

Entretanto, o presidente do Grupo Parlamentar do PS não exclui a hipótese de alguns deputados socialistas contribuírem para viabilizar uma iniciativa do Bloco de Esquerda (BE) no sentido de requerer ao Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva do diploma que prevê a alteração à lei da televisão, aprovado quinta-feira em Conselho de Ministros.

Após ter estado reunido com o deputado do BE Francisco Louçã, Costa afirmou que o PS "está

ainda a estudar se existem ou não inconstitucionalidades" na proposta de lei e só em função da conclusão dessa análise os socialistas tomarão uma posição sobre a matéria. "Para já, a questão da existência de alguma inconstitucionalidade no diploma ainda não se coloca, porque primeiro terá de ser aprovado na Assembleia da República e, depois, o Presidente da República ainda terá de decidir se o promulga ou não", sustentou António Costa.

Posteriormente, a direcção da bancada reuniu-se para analisar as propostas governamentais. À saída da reunião, José Magalhães, que ficou com a tarefa de estudar o diploma, referiu que será anunciado, em breve, o resultado da apreciação jurídica efectuada, que se espera venha a constituir "uma surpresa".

Relatório Lação

Por sua vez, o deputado socialista Jorge Lação foi incumbido de fazer o relatório da comissão de Assuntos Constitucionais sobre a proposta do Governo de alteração da lei da televisão que limita os poderes do conselho de opinião da RTP.

Na passada terça-feira, a presidente da comissão Assunção Esteves, do PSD, apresentou à comissão um parecer seu que dispensava a proposta do Executivo de relatório prévio à discussão.

Contudo, os parlamentares alertaram-na para o facto de só os pedidos de urgência dispensarem relatório.

Neste caso, o que o Governo pediu, em termos regimentais, foi prioridade e não urgência, pelo que seria preciso fazer relatório, tarefa atribuída ao camarada Lação.

Os relatórios prévios são uma primeira análise da proposta, pronunciando-se sobre a sua admissibilidade.

ARONS DE CARVALHO LANÇA LIVRO

COMBATER EM LEGÍTIMA DEFESA

Valerá a pena as pessoas combaterem as mentiras que são ditas na comunicação social? Foi esta a questão que Alberto Arons de Carvalho se colocou quando começou a escrever "Valerá a Pena Desmenti-los?", o seu mais recente livro, apresentado segunda-feira, no auditório da RDP por António Reis.

Convicto de que vale a pena denunciar deturpações e falsidades, Arons edita esta obra pouco mais de um mês após ter cessado funções como secretário de Estado da Comunicação Social.

O livro procura ser, ao mesmo tempo, "de combate e de legítima defesa". Composto por cartas abertas a pessoas com responsabilidades na área da Comunicação Social, a obra assinada pelo deputado socialista pretende ainda ser uma forma de "homenagem a alguns e ajuste de contas com outros", conforme explicou António Reis.

Arons de Carvalho afirma que "o que se passa actualmente na RTP é um telenegócio".

"O Governo está mais preocupado com a vitalidade dos canais privados do que com o

serviço público de televisão", denuncia fundamentando as suas opiniões dos 11 capítulos da sua obra, centrada ainda em quatro problemas.

Relativamente à escolha dos conteúdos programáticos para a RTP, Arons de Carvalho manifesta-se partidário de uma programação mais exigente, embora afirme compreender o esforço de Emídio Rangel para recuperar popularidade para a RTP1.

Segundo a leitura feita por António Reis, a escolha da programação levanta a questão da

relação entre conselhos de administração e direcções de antena, mostrando que "já se viu um pouco de tudo, desde o respeito pela mais estrita independência às interferências mais descaradas".

Incontornável é igualmente a questão do subfinanciamento crónico da Radiotelevisão Portuguesa por parte do Governo de António Guterres. O autor e ex-governante reconhece que cometeu alguns erros, mas acrescenta que "também outros certamente os cometeram".

M.R.

FUNÇÃO PÚBLICA

PS EXIGE EXPLICAÇÃO SOBRE VAGA DE DESPEDIMENTOS

O Governo de direita chefiado por Durão Barroso decidiu não renovar os contratos a prazo dos funcionários público, o que poderá afectar cerca de 50 mil trabalhadores. Trata-se de mais uma medida polémica e cega que está a provocar reacções de grande preocupação e ansiedade, desestabilizando fortemente os sectores onde este tipo de contratação é prática corrente. No Hospital de São João do Porto já há funcionários a receberem notificações de fim de contrato.



Um aumento vertiginoso do trabalho precário e a possível paralisação de dezenas de serviços da Administração Pública são algumas das consequências esperadas após a publicação, sábado passado, em "Diário da República" de uma resolução do Conselho de Ministros que congela as admissões e não renova os vínculos contratuais a termo certo no final dos respectivos prazos. O Partido Socialista tem dúvidas sobre os fundamentos e objectivos de tal decisão governativa, pelo que requereu a presença urgente, na Assembleia da República, da ministra do Estado e das Finanças para esclarecer os eventuais despedimentos. A medida do Governo vai levar a uma subida do desemprego "em mais de um por cento", afirmou o deputado socialista Joel Hasse Ferreira, que já entregou um pedido de audição parlamentar de Manuela Ferreira Leite.

O deputado do Partido Socialista quer que Ferreira Leite vá à comissão parlamentar de Economia explicar as razões desta medida que implica uma assustadora vaga de despedimentos. O seu pedido ainda terá de ser votado, mas Hasse Ferreira avisa já: "Se não votarem, será muito mau sinal." A decisão de não renovar os contratos a termo certo na função pública, acrescenta o parlamentar do GP/PS, insere-se "num conjunto de medidas que induzem um clima recessivo na economia" portuguesa. Joel Hasse Ferreira faz questão de lembrar que quando o PS chegou ao poder a taxa de desemprego era de sete por cento e que actualmente está nos quatro, e acusa: "O objectivo do PSD parece ser subir outra vez para sete por cento."

M.R.

CAPOULAS SANTOS DENUNCIA

AMEAÇADA REFORMA QUE BENEFICIA PEQUENOS AGRICULTORES

O ex-ministro da Agricultura Capoulas Santos criticou a intenção governamental de revogar a lei da modulação das ajudas directas ao rendimento dos agricultores, considerando que se trata do "primeiro escândalo do PSD na agricultura", que revela também nesta área "uma total insensibilidade social". Esta posição de Capoulas Santos surge na sequência do anúncio feito na semana passada pelo seu sucessor no cargo, Sevinete Pinto, de revogar a lei da modulação das ajudas directas, mediante a aprovação de um novo diploma em Conselho de Ministros. O deputado socialista contesta a "anulação do mecanismo que iria retirar, a partir de Janeiro de 2003, aos 1657 agricultores (0,6 por cento) - que recebem cerca de 36 por cento dos subsídios atribuídos ao rendimento -, uma percentagem dos subsídios que recebem para reforçar o apoio aos restantes 256.033 agricultores (99,4 por cento)".

A modulação das ajudas directas aos agricultores, uma iniciativa do anterior Governo do PS, explica Capoulas Santos, tinha em vista "introduzir não só maior justiça entre os agricultores (ao nível europeu 20 por cento dos agricultores arrecadam 80 por cento dos subsídios), mas também entre os países que muito recebem e os que, como Portugal, são os mais penalizados". Criticando a intenção do seu sucessor, Capoulas Santos, actual deputado socialista, afirma que "o PSD deixa cair a máscara e revela também quanto ao sector agrícola uma total insensibilidade social". Ainda segundo Capoulas Santos, o PSD vai revogar esta medida porque "tem medo dos grupos de pressão" e também "porque nunca, no passado, discriminou positivamente a pequena agricultura familiar que sendo esmagadora no que diz respeito ao número de activos, não tem qualquer capacidade reivindicativa ou de 'lobby'".



Cedência os grandes agricultores

Também o deputado socialista Miguel Ginstal se manifestou contra a revogação da lei da modulação das ajudas directas aos agricultores, afirmando que o Governo PSD/PP "comete um erro grave tanto a nível interno, como ao nível da nossa política externa". Numa intervenção na Assembleia da República, o deputado do PS considerou que o Governo "dá um sinal claro de cedência aos grandes e poderosos, que representam apenas seis por cento dos agricultores portugueses, revelando uma total insensibilidade social". "Os restantes 99,4 por cento, mais de 255 mil pequenos e médios produtores agrícolas, ficam a saber que vão continuar a ver por um canudo os milhões que o País recebe para a agricultura

e que contam de novo com um Ministério da Agricultura que os ignora", acrescentou. Este Governo, sublinhou, "começa pois da pior maneira: anula um mecanismo dirigido à esmagadora maioria dos agricultores portugueses, que não encontram na PAC um aliado, antes um adversário feroz, e protege os mais fortes e os mais ricos". Para Miguel Ginstal, "esta é também uma decisão errada ao nível da nossa política externa, uma vez que ao abandonar a posição portuguesa de aplicar internamente a modulação, o Governo deixa de ter autoridade política para reivindicar a adopção deste mecanismo, com carácter obrigatório, para o conjunto dos Estados-membros, como Portugal defendeu na Agenda 2000".

J. C. CASTELO BRANCO

DEBATE SOBRE O FUTURO DO PS

APROFUNDAR O DIÁLOGO COM OS INDEPENDENTES



António Mega Ferreira defendeu que “o PS precisa de encontrar uma forma regular de diálogo com os independentes”, que poderá passar pela criação de um Fórum de Independentes Socialistas - uma instância de reflexão permanente cobrindo todas as áreas de interesses. Já António Costa, o outro orador do terceiro debate sobre o futuro do PS, promovido pela Concelhia de Lisboa, reafirmou que “o PS deve ter uma cultura de poder e de Governo”, no quadro de um projecto de transformação da sociedade, e defendeu novas formas de organização interna do partido.

No debate que teve lugar no auditório do edifício novo da Assembleia da República, António Mega Ferreira centrou grande parte da sua intervenção na abordagem de três aspectos que considerou de particular importância para o futuro do PS: o voto jovem urbano, a relação com os independentes e a ausência de uma

Comunicação Social que encarne os valores de esquerda.

Quanto ao voto jovem urbano, Mega Ferreira salientou que “o PS foi capaz nas últimas legislativas de captar uma parte importante desta franja do eleitorado”, que, na sua opinião, o nosso partido não deve descurar. Por isso, defendeu que o PS pode, através da JS, “ir ao encontro das preocupações das camadas jovens urbanas” - que constituem “um enorme campo de progressão”. A JS, adiantou, “deve antecipar tendências e ser o intérprete das aspirações e anseios dos jovens”, funcionando como “câmara de eco” junto da direcção do partido.

Relativamente à relação do PS com os independentes, o ex-administrador da Parque Expo defendeu que o PS precisa de encontrar novas formas de dinamização da participação dos independentes, que podem passar pela criação de um Fórum de Independentes Socialistas - uma instância de reflexão permanente cobrindo todas as áreas de interesses.

“Os independentes da área socialista são um instrumento útil para auscultar e depois transmitir aos dirigentes do PS um conjunto de pulsões que existem na sociedade”, acrescentou.

O terceiro aspecto abordado por Mega Ferreira prende-se com a ausência na Comunicação Social

de um jornal que encarne os valores de esquerda. “Portugal é o único país da Europa onde não existe um jornal que encarne os valores e aspirações de metade do País, que representa por isso 50 por cento do mercado”, disse. Na parte final da sua intervenção, reafirmou que o PS é e só pode ser um partido de esquerda, e é desse espaço que deve proceder para consolidar o seu eleitorado natural, o de esquerda, e ganhar o eleitorado flutuante, o central, que, salientou, “move-se por interesses e estados de espírito, mais do que por convicções”, até porque, explicou, “o centro político não existe, é uma abstracção perniciosa”.

PS deve ter uma cultura de poder

Já António Costa rejeitou a discussão sobre a identidade ideológica do PS, referindo que a questão da esquerda e do centro é “um drama cíclico” do nosso partido, salientando que o que é necessário é construir alternativas credíveis e progressistas para que “o País vire à esquerda e volte a confiar no PS”.

Por outro lado, considerou que a pluralidade no seio da esquerda “não é negativa”, mas lamentou que essa pluralidade que foi maioria até às últimas legislativas não tenha servido para uma “maioria de esquerda útil”, criticando, nomeadamente, a postura do Bloco de

Esquerda que enveredou por uma “estratégia catastrofista” ao eleger o PS como “principal inimigo”. Em Portugal, e ao contrário de outros países, “a esquerda, infelizmente, não soma para ser Governo”, disse.

Salientando que “o PS deve ter uma cultura de poder e de Governo”, no quadro de um projecto de transformação da sociedade, defendeu um novas formas de organização de interna do partido, como a criação de Secções de Interesse Específico, que agrupariam militantes em torno de matérias em que têm interesse, como, por exemplo, audiovisual, segurança ou ensino. Por outro lado, o líder da bancada socialista admitiu que nos últimos seis anos, as relações entre Governo, grupo parlamentar e partido foram “um modelo de como não fazer”, apontando ainda como um dos erros principais o facto de quase todos os dirigentes do PS terem ido para o Governo.

Outro erro político, segundo António Costa, foi “admitir uma crise financeira com um problema orçamental que o Governo não conseguia resolver”.

António Costa manifestou-se ainda contra o autêntico “colete-de-forças” que constituem as regras financeiras e monetaristas do Tratado de Maastricht, que deixam os partidos socialistas com pouca margem para desenvolverem as políticas.

J. C. CASTELO BRANCO



PLENÁRIOS DE MILITANTES

O GOVERNO MAIS TRAPALHÃO DESDE O PREC

Num ataque cerrado ao Governo, Vitalino Canas não tem dúvidas de que o actual Executivo “é o mais trapalhão desde o PREC”. Falando em Sobral de Monte Agraço, no âmbito dos plenários de militantes realizados na sexta-feira e sábado, o secretário nacional responsável pela revisão dos Estatutos criticou a gestão do ciclo eleitoral pelo Governo que reflecte “a ausência de qualquer sentido de Estado”. “Com Cavaco, apesar de tudo, havia uma certa lógica, agora aquilo que se faz é acusar o País de uma má situação sem se dar qualquer sinal de esperança, o que faz aumentar o risco de depressão económica e anímica”, declarou Vitalino Canas.

Para o ex-secretário de Estado da Presidência, o PS que já ultrapassou uma primeira fase defensiva de oposição, deve concentrar-se num contra-ataque com base nas suas bandeiras em defesa dos mais jovens, dos mais desfavorecidos, alvos, aliás, do Governo que vai acabar com o crédito bonificado para aquisição de casa própria e rever o regime do rendimento mínimo. Por outro lado, Vitalino Canas defendeu continuação do investimento local em contraponto ao desinvestimento previsto no previsto no Orçamento Rectificativo. A continuarmos assim, disse, “o País pode cair numa depressão anímica a quem não será fácil depois pedir um suplemento para se reerguer”, declarou.

Cavaquismo recauchutado

Por sua vez, Paulo Pedroso, em Murça, seguindo a mesma orientação, afirmou que “o Governo PSD representa um cavaquismo recauchutado” que enganou os portugueses ao tomar medidas não previstas no programa eleitoral, como o fim do crédito bonificado.

Salientando a necessidade do partido olhar “sem complexos para o passado” de seis anos no Governo, e de se transformar numa oposição responsável e programática, o PS promete ser uma oposição responsável e deixar governar o PSD, enquanto “forem cumpridas as leis e as regras democráticas”.

Paulo Pedroso considerou ainda que o PSD efectuou uma “grande fraude eleitoral”, porque, segundo disse, “prometeu coisas que não cumpriu e pretende concretizar objectivos que não estavam no programa de campanha”. O ministro da Solidariedade do último Governo PS salientou ainda que o acabar com o crédito bonificado à habitação foi uma “intenção clara” que foi escondida aos portugueses, e na sua opinião, é uma medida “supostamente de combate à fraude, mas que vai apenas prejudicar quem mais precisa, os jovens casais”. Paulo Pedroso criticou ainda o aumento do IVA em dois por cento, alegando que se trata de uma medida que, “ao contrário do que foi dito”, vai ter influência em bens de primeira



necessidade como alguns lacticínios.

“Mais uma medida que não estava no programa apresentado durante a campanha e que, se tivesse sido revelado, provavelmente levava a que muitos portugueses não votassem PSD”, frisou.

Outro tema para o qual Paulo Pedroso chamou a atenção dos militantes foi a RTP, uma questão para a qual os sociais-democratas avançaram com uma mexida, sem “avaliarem os verdadeiros problemas e soluções”. “Agora, porque a lei não os deixa fazer o que querem, pretendem mudar a lei”, salientou, referindo-se à tomada de posição do Conselho de Opinião da RTP contrária à do Governo.

Governo sem rumo

“O actual Governo português parece uma barata tonta. Um dia diz que faz uma coisa para logo no dia seguinte mudar de rumo”. Pina Moura, sintetizou desta forma o mês e meio de Governo

de direita, no plenário de militantes de Viseu. Os socialistas não têm dúvidas que “o PSD cometeu uma fraude política, enganando os portugueses”. Segundo Pina Moura, durante a campanha eleitoral, Durão escondeu o verdadeiro programa eleitoral que tinha em mente. “Por exemplo, prometeu a baixa generalizada dos impostos e agora assistimos a uma subida generalizada dos impostos, nomeadamente do IVA”, sublinhou. O antigo ministro das Finanças apontou ainda o dedo “à irresponsabilidade de Manuel Ferreira Leite ao apresentar um orçamento suplementar e rectificativo, que ela própria afirma que não é o dela”. Pina Moura está convencido que esta atitude da ministra “traz consequências gravíssimas para os agentes económicos que ficam sem saber com o que podem contar”. “O orçamento é um gigantesco ‘air-bag’ de 700 milhões de euros, que a ministra apresentou à Assembleia da República, para se proteger do seu próprio estampanço”, acrescentou.

CLUBE DE REFLEXÃO

SOCIALISTAS DA “MARGEM ESQUERDA” APROVAM MANIFESTO

O clube de reflexão e debate “Margem Esquerda, constituído por cerca de cem militantes socialistas, aprovou o seu manifesto político. No documento, que começou a ser elaborado na sequência das eleições autárquicas, uma das ideias-força é a de que a reforma do sistema político deve começar pelos partidos portugueses. Recusando a ideia de que os militantes socialistas agrupados na “Margem Esquerda” possam vir a constituir-se em tendência, Rui Namorado, ex-deputado da banca socialista dissipou quaisquer dúvidas, referindo que apenas pretendem reflectir sobre os novos desafios que se colocam à esquerda em Portugal e mesmo na Europa, num momento em que a

direita averba vitórias em vários países. “Organizamo-nos para debates, mas desorganizamo-nos para intervir no PS”, explicou.

Além de Rui Namorado, integram a comissão coordenadora da “Margem Esquerda” os camaradas Fonseca Ferreira, Jorge Strecht Ribeiro, Luís Miranda, Henrique Neto, Ana Antunes e José Duarte Cordeiro.

No manifesto - que vai ser entregue aos órgãos do partido e, também, ao secretário-geral, Ferro Rodrigues - o grupo “Margem Esquerda” alerta para o facto de a “necessária reforma do sistema político” não poder ser encarada como “uma simples operação de engenharia institucional”,

sustentando algumas reservas quanto “às virtualidades” dos círculos uninominais.

“Só tem sentido útil falar em reformas do sistema político se a concebermos como uma verdadeira descentralização democratizante, ou seja, como qualificação dos poderes locais, emergência de poderes regionais e racionalização do poder central”, lê-se no manifesto.

“O PS deve tornar claro que está disposto a uma negociação global com todos os partidos para a reforma do sistema político, com os reflexos que isso possa ter na revisão constitucional, mas que está indisponível para operações de cosmética parcelar”, sublinham

os militantes do “clube”.

O clube de reflexão e debate apela também para uma “mudança radical na filosofia com que se distribuem responsabilidades e se escolhem dirigentes dentro do PS”, considerando que “apenas devem ser tidos em conta a capacidade política, a competência técnica e o nível de eficácia no desempenho de tarefas partidárias.

A “Margem Esquerda” propõe-se ainda aprofundar a discussão através das novas tecnologias, nomeadamente pela criação de um site na Internet onde promoverão um fórum de debate.

J. C. C. B.

GP/PS

SOCIALISTAS APRESENTAM INICIATIVAS LEGISLATIVAS

O exercício da actividade de dragagens e a qualidade do ar no interior dos edifícios são os temas das duas mais recentes iniciativas legislativas que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entregou na mesa da Assembleia da República.

Tendo primeiro como subscritor o deputado Renato Sampaio, o primeiro dos diplomas referidos prevê a criação de um sistema de vigilância e controlo do exercício da actividade de dragagens e extracção de inertes. Partindo da constatação de que o aproveitamento hidroeléctrico dos rios tem provocado a permanente instabilidade dos seus leitos, diminuindo a produção de areias e inertes ao longo dos cursos e, conseqüentemente, gerando o depósito destes em locais menos apropriados, tem-se registado um assoreamento que os deputados socialistas consideram ser "urgente corrigir".

Na exposição de motivos do projecto de lei explica-se que, embora nos últimos anos se tenha assistido a alguma disciplina nas dragagens e na extracção de inertes, "é necessário um maior rigor nestas operações", propondo a adopção de "medidas mais adequadas e eficazes em matéria de vigilância", no sentido de "preservar e conservar os nossos recursos naturais".

A monitorização contínua, via satélite, das embarcações de dragagem e extracção de inertes constitui, para o GP/PS, "um instrumento privilegiado no reforço da fiscalização e controlo"



destas referidas actividades, para que elas sejam exercidas somente em zonas autorizadas.

A obrigatoriedade destas medidas propostas pela bancada socialista deve ser entendida na perspectiva de se prevenirem os impactos negativos no ambiente e nas condições de vida das pessoas. Aliás, esta preocupação central encontra-se também patente no diploma apresentado sobre a qualidade do ar no interior dos edifícios.

Neste projecto de lei os deputados do PS evidenciam a sua preocupação com o chamado "síndrome do edifício doente" relacionado com os sistemas energéticos de climatização de locais.

Os socialistas defendem que é chegada a altura de se analisar em profundidade esta problemática, "adoptando medidas eficazes para a sua eliminação".

Assim, o PS visa, com esta iniciativa, "ajudar

as entidades competentes e regulamentadoras a estabelecer critérios sobre a qualidade do ar interior (...), bem como instrumentalizar os profissionais envolvidos, no planeamento, elaboração, análise e execução dos projectos físicos e nas acções de inspecção."

Ainda na exposição de motivos do citado projecto de lei, os deputados socialistas incentivam a utilização de materiais naturais, iluminação natural, ventilação adequada e a sua ligação com o exterior de forma racional e cuidada, com vista a diminuir a fontes de poluição interna e controlar eficazmente, a qualidade ambiental dos espaços em que vivemos e trabalhamos.

Entretanto, a bancada do PS está a preparar a recuperação de um projecto sobre a proibição de instalar antenas GPS junto de estabelecimentos públicos como escolas, hospitais e zonas residenciais devido aos efeitos radioactivos das mesmas sobre as populações. Praticamente pronto encontra-se também um diploma sobre iniciativa legislativa popular, segundo referiu o líder da bancada socialista. Em resposta a um pedido de António Costa feito, na última reunião do GP/PS, aos coordenadores das áreas de cada uma das comissões parlamentares, prevê-se para breve a entrega na mesa do Parlamento de dois outros diplomas, um sobre o regime jurídico para deficientes e outro relativo às questões da droga e da toxicod dependência.

MARY RODRIGUES

REFORMA DO PARLAMENTO

JORGE LACÃO DEMARCA-SE DE MOTA AMARAL

O PS demarcou-se do projecto apresentado por Mota Amaral, para a reforma do Parlamento. A posição foi definida em reunião do Grupo Parlamentar do PS, após Jorge Lacão ter feito uma intervenção detalhada sobre a forma como evoluíram as discussões relativas à reforma do Parlamento, em sede de Comissão de Assuntos Constitucionais, até ao momento em que a legislatura foi interrompida em Dezembro passado. Defendendo a valorização dos pontos já consensualizados na anterior legislatura sobre a matéria, os socialistas consideraram o documento de trabalho apresentado pelo presidente da Assembleia da República como apenas "um contributo", que deverá ser analisado e debatido em sede de comissão. As diferenças de posição entre nós e o presidente da Assembleia da República são evidentes, sobretudo no que respeita ao calendário da semana parlamentar.

Ao contrário de Mota Amaral, que considera as sextas-feiras como "um dia perdido" para as reuniões plenárias, para o GP/PS o último dia



útil da semana podia ser utilizado para a discussão dos temas mais importantes, com a presença de membros do Governo.

O PS defende também que as reuniões plenárias devem realizar-se às terças e quartas-feiras à tarde, bem como às sextas-feiras de manhã, dia em que admite agendar votações. Nesta perspectiva, as quintas-feiras de manhã continuariam a ser dedicadas às reuniões dos diversos grupos parlamentares e, na parte da tarde, privilegiar-se-ia o trabalho em sede de comissão.

"Com este calendário há um claro alargamento da semana parlamentar", sustentou Jorge Lacão, que, recorde-se, foi presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais na anterior legislatura. Este deputado defende, por outro lado, a remodelação de algumas figuras regimentais, bem como a criação de outras novas. Entre as novas figuras regimentais, Jorge Lacão propõe a existência da "interpelção à câmara" no período antes da ordem do dia, um debate rápido proposto

por uma bancada, sem necessidade de agendamento prévio. Para o período da ordem do dia, em plenário, a sugestão do PS vai no sentido de incluir os pedidos de debate de urgência, através de agendamentos potestativos por parte dos grupos parlamentares. Em relação aos debates mensais com a presença do primeiro-ministro, Jorge Lacão sublinhou que o PS "não se afastará um milímetro" daquilo que já defendia na anterior legislatura, quando o chefe do Governo era António Guterres. Isto é, segundo Lacão, a figura do debate mensal com o primeiro-ministro deverá passar a estar prevista no próprio Regimento da Assembleia da República. Por outro lado, o PS entende que, nesses debates, o primeiro-ministro deverá ter tanto tempo disponível para intervenções como a soma de todos os grupos parlamentares. No entanto, permite-se ao deputado interpelante o direito a uma réplica, tendo como objectivo, segundo Lacão, "incentivar e sublinhar o contraditório" em política.

REQUERIMENTOS

GALAMBA QUESTIONA GOVERNO SOBRE PRIVATIZAÇÃO DA ANTENA 3 E GALPENERGIA



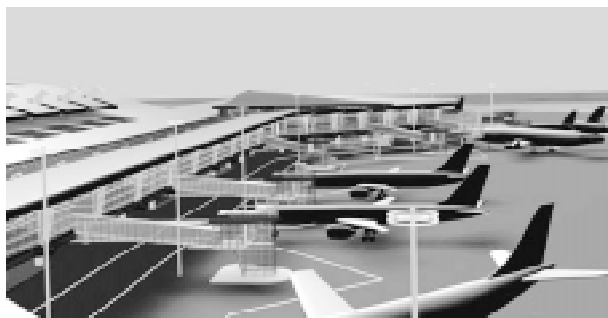
O dirigente do PS António Galamba entregou dois requerimentos na Assembleia da República, exigindo esclarecimentos ao Governo sobre a eventual privatização da Antena 3 da RDP e a situação da Galpenergia. No requerimento sobre a Antena 3, dirigido ao ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, o deputado do PS pergunta "quais os argumentos para a eventual privatização da estação de rádio e quais as condições de venda". António Galamba questiona ainda "se está o Governo em condições de desmentir a informação (ou boato) que circula nos meios audiovisuais sobre pré-entendimentos para a entrega da Antena 3 ao actual director da estação, Luís Montez". No documento, o deputado do PS refere que a Antena 3, estação "vacionada para o público mais jovem, foi recentemente objecto

de uma campanha publicitária de relançamento, apresentando-a como a nova Antena 3", acrescentando que alguns órgãos de Comunicação Social escreveram o interesse do presidente da SIC, Francisco Pinto Balsemão, em adquirir a Antena 3, no quadro da privatização anunciada. António Galamba sublinha ainda que "a mediação do ataque governamental aos dois canais da RTP", no âmbito de "uma fúria privatizadora e de vontade supostamente inquebrantável de dismantlar os instrumentos que o Estado tem ao seu dispor para prestar um serviço público no sector da Comunicação Social e regular o mercado", tem colocado num segundo plano "a proposta do Governo PSD/PP de alienação da Antena 3 e de avaliação de um novo modelo para a Antena 2". No requerimento sobre a Galpenergia, dirigido ao ministro da Economia, Carlos Tavares, o dirigente do PS questiona o Governo sobre as razões que motivaram o recente adiamento da Assembleia Geral da empresa, bem como se o Executivo pretende "condicionar o ritmo e o conteúdo das opções da empresa em termos de designação de novas administrações por estados de alma ou interesses meramente partidários". De acordo com o deputado socialista, o adiamento terá sido motivado "pelo facto do Ministério das Finanças não ter tido conhecimento atempado sobre a proposta de distribuição de dividendos e por divergências em torno da nomeação de administradores". António Galamba faz ainda referência a alegadas "divergências no PSD em torno da nomeação ou não de um novo presidente para a administração da Galpenergia" para substituir António Mexia.

ABOLIÇÃO DO CRÉDITO BONIFICADO À HABITAÇÃO

O deputado socialista Gustavo Carranca entregou na mesa da Assembleia da República um requerimento dirigido à ministra das Finanças, em que solicita esclarecimentos sobre "quais as políticas que o Governo vai encontrar para incentivar e apoiar os jovens à procura de habitação" e ainda "que benefícios fiscais terão os jovens após ter sido retirada a bonificação do crédito à habitação". No documento, Gustavo Carranca lembra que o crédito bonificado "é a única forma de ajuda para a aquisição de habitação própria para as pessoas com menores rendimentos, especialmente os jovens, uma vez que é necessário ter menos de 30 anos". Daí que esta medida, segundo o deputado do PS, "além de criar enormes injustiças no acesso a um bem de primeira necessidade, dificulta a independência dos jovens, que devia ser incentivada".

PS EXIGE DEBATE DE URGÊNCIA SOBRE AEROPORTO DA OTA



O PS exigiu a realização urgente de um debate parlamentar de urgência sobre o projecto do aeroporto da Ota, para que o Governo explique o "zigzaguar permanente" no discurso oficial e esclareça a sua posição. Num requerimento entregue na Assembleia da República, os deputados socialistas acusam o Governo de estar a gerar "a confusão pública" em torno da construção, ou não, do novo aeroporto, criticando os "avanços e recuos e o zigzaguar permanente do discurso oficial" do Executivo de coligação PSD-PP. Os socialistas recordam o facto de se aproximar a data da abertura do concurso para a escolha do parceiro estratégico para a construção do aeroporto (segundo o calendário ainda definido pelo Governo PS) para justificar a necessidade urgente de serem prestados esclarecimentos. "Nestes últimos dias, o actual ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação veio publicamente, em locais distintos, produzir declarações preocupantes e contraditórias, ora dizendo que os estudos iam continuar, ora afirmando o seu contrário", acusa o PS. Os deputados socialistas consideram que a recusa do Governo em avançar com o projecto, que consideram ser "muito necessário ao desenvolvimento do país", constitui uma "oportunidade perdida" para Portugal, tanto mais que, a fazer-se, podia beneficiar ainda do III Quadro Comunitário de Apoio. O PS quer que Valente de Oliveira, ministro das Obras Públicas, explique no debate de urgência qual é de facto a posição do Governo.

COMISSÃO DE PODER LOCAL

PS CRITICA COMPORTAMENTO DO PSD E PP NA CO-INCINERAÇÃO

O PS acusou a maioria de direita (PSD/CDS-PP) de ter assumido "um comportamento deplorável" ao inviabilizar o depoimento da Comissão Científica Independente (CCI) no Parlamento sobre a co-incineração. Na reunião da Comissão de Poder Local, Ordenamento e Ambiente, o PS propôs que a CCI apresentasse os resultados dos testes efectuados na cimenteira do Outão sobre a aplicação do método da co-incineração aos resíduos industriais. A comissão, segundo o PS, concluiu pela ausência de riscos para a saúde pública ou para o ambiente. "O PSD e o CDS-PP tiveram um comportamento político deplorável. A Assembleia da República criou a CCI e agora não quer conhecer os seus resultados", acusou o deputado do PS Pedro Silva Pereira. O ex-secretário de Estado acusou também o CDS-PP "de ter mudado de posição à última hora, alinhando com o PSD depois de não se ter oposto ao depoimento da CCI". Mesmo assim, adiantou, "o PS vai promover uma audição autónoma com a CCI na Assembleia da República, aberta a todas as pessoas e a todos os deputados que quiserem conhecer as conclusões chagadas pela comissão".



ABORTO

PARLAMENTO APROVA ESTUDO

O estudo sobre a situação do aborto proposto por Helena Roseta foi aceite, mas a civilidade do debate ficou manchada por um incidente na votação gerado pela bancada laranja.

A Comissão parlamentar de Assuntos Sociais vai conduzir o processo de recolha de dados e de solicitação de um estudo sobre a realidade do aborto legal e clandestino, bem como do funcionamento do planeamento familiar da educação sexual e saúde reprodutiva.

A decisão saiu, na semana passada, do plenário da Assembleia da República, como conclusão do debate sobre a elaboração deste estudo, apresentado pela deputada do PS Helena Roseta.

A proposta socialista, bem como as alterações pedidas pelo PSD, acabaram por descer à comissão sem serem votadas, depois de um incidente durante a votação que se seguiu ao debate no hemiciclo.

O processo, que será conduzido pela comissão de assuntos sociais, deverá decorrer até ao fim do ano. Os dados serão disponibilizados aos parlamentares, mas também irão ser depois facultados a uma entidade ou a entidades do sector universitário, por forma a serem trabalhados e encontras razões, causas, perfis, e outras linhas de relação no âmbito desta questão.

No início da discussão, Helena Roseta fez questão de salientar a abertura da bancada do PS para aceitar alterações que enriquecessem o projecto em nome de princípios que falam mais alto.

“Para lá das diferenças culturais e religiosas de cada sociedade e da legítima opção de consciência de cada pessoa, há consensos universalmente construídos e aceites em matéria de direitos sexuais e reprodutivos”, explicou a deputada do GP/PS, acrescentando que esses consensos partem de três pressupostos: “Ninguém pode ser obrigado a procriar, ninguém pode ser obrigado a ser esterilizado contra vontade e nenhuma mulher pode ser obrigada a abortar.”

Roseta lançou um apelo às bancadas parlamentares no sentido de se evitar que a discussão descambasse numa querela ideológica sobre a descriminalização do aborto.

“Ter filhos ou não os ter e escolher o momento de os ter é um direito inalienável de cada indivíduo, e ninguém pode ser discriminado por razões de sexo, cultura, raça, nacionalidade ou religião, no acesso a esses direitos. São esses os princípios que temos de procurar respeitar, seja qual for a opinião de cada um de nós sobre a actual lei”, defendeu.

O incidente

A civilidade de Helena Roseta foi brindada com uma igualmente civilizada intervenção dos deputados do PSD. Mas, na hora de votar, o dito foi dado por não dito.



Ao conduzir a bancada na votação, o vice-presidente da bancada laranja, Marques Guedes, acabou por levar a situação a um beco sem saída para os socialistas.

Tudo por causa de um “problema de entendimento”, como definiu o deputado António Costa, sobre o estatuto que deveria assumir o resultado final da discussão – se alteração, se substituição.

Para que a dúvida não estragasse o acordo, os parlamentares resolveram encarregar uma comissão parlamentar de fundir os dois textos para que, nessa altura, possa então ser votado sem problemas.

Recorde-se que a proposta de resolução de Roseta contemplava duas vertentes: o cumprimento da legislação vigente em Portugal relativa à interrupção voluntária da gravidez e a dimensão do aborto clandestino. Um estudo que a parlamentar defendeu dever ser realizado por entidades científicas independentes.

Esta iniciativa remonta ainda à anterior legislatura mas, devido a dissolução do Parlamento, a proposta de resolução só agora subiu a plenário.

A motivar a iniciativa socialista está o facto de “a actual legislação em matéria de interrupção voluntária da gravidez dever ter um efeito dissuasor da prática de abortos clandestinos”, e, no entanto, “as notícias que de vez em quando surgem na Comunicação Social e alguns estudos parcelares apontarem para uma realidade diferente”.

Assim, defende a parlamentar, “em Portugal, há indícios de que os abortos clandestinos continuam a verificar-se com uma proporção preocupante, sobretudo em certos estratos da população feminina: adolescentes, mulheres

com menores recursos económicos e toxicodependentes”.

Helena Roseta fez questão de frisar que o “Parlamento não serve para fiscalizar a actuação do Governo socialista”, centrando a discussão na necessidade de “saber o que realmente se passa no País”.

E o que se passa, continuou, é que “Portugal é o país da União Europeia com maior percentagem de grávidas adolescentes e um dos países do mundo ocidental onde a sida, em vez de regredir, tem progredido”.

Referendo não arrefeceu convicções

Depois do Parlamento nacional ter discutido a proposta de resolução da deputada socialista Helena Roseta, decorreu, em Lisboa, no Edifício Jean Monnet, uma audição pública sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Uma sala dividida entre “sim” e “não” debateu a legalização do aborto com convicções opostas que o resultado do referendo de 1998 não enfraqueceram, num encontro promovido pelos eurodeputados do PS no Parlamento Europeu. Apesar de todos concordarem que o importante são os direitos humanos, entre a assistência era nítida a divisão entre os que privilegiam o feto e os que privilegiam a mulher.

Embora os eurodeputados Helena Torres Marques e Sérgio Sousa Pinto sejam ambos apoiantes da legalização, participantes com opiniões opostas acabaram por admitir que o debate foi para todos “uma lição de democracia”.

O relatório trazido pelos dois deputados recomenda aos Estados-membros a legalização do aborto, entre vários pontos relacionados com

direitos sexuais e reprodutivos.

Embora as opiniões sejam mais coincidentes quanto à importância da formação e da educação sexual, as divisões acentuam-se quando se fala de contracepção e da interrupção voluntária da gravidez.

Sérgio Sousa Pinto afirmou que a defesa do planeamento familiar é usada hoje contra a legalização do aborto por movimentos que em 1984 estiveram contra a legislação aprovada, opinião contestada pelo sector do “não”.

O deputado europeu frisou que o importante é “a lei ser neutra”, de acordo com a “laicidade do Estado” sem que prevaleçam as “convicções filosóficas” de qualquer um dos lados.

Por seu turno, Helena Torres Marques comprometeu-se a apresentar no Parlamento Europeu uma súmula das opiniões ouvidas, criticando as “posições retrógradas” defendidas em Bruxelas pela social-democrata Regina Bastos, que sugeriu modificações que “alteram completamente” o sentido do relatório.

“Se o relatório vier a ser aprovado, é importante que se crie uma dinâmica na União Europeia e nos países do alargamento para se tomarem medidas que protejam a saúde reprodutiva”, acrescentou.

Recorde-se que o relatório sobre “Direitos em matéria de saúde sexual e reprodutiva” foi elaborado pela Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades do Parlamento Europeu e recomenda que “a interrupção voluntária da gravidez seja legal, segura e universalmente acessível”.

O PE deliberou, entretanto, protelar, até ao próximo dia 4 de Junho, a votação deste documento

MARY RODRIGUES

PEDRO CATANHO DE MENEZES

PORTUGAL ACIMA DE TUDO

Praticamente genética, a sua ligação ao Partido Socialista começou cedo, quando, ainda criança, ia até ao Largo do Rato ter com a avó Maria Antónia, uma camarada que Pedro Catanho de Menezes não hesita em qualificar como “militante superactiva”. Crítico e interessado, o Pedro honra a herança familiar socialista e falou ao “AS” sobre as suas ideias e preocupações.

Ainda está a descobrir o que é ser militante, mas afirma-se convicto na partilha dos valores e dos princípios do socialismo democrático, bem como na vontade de os concretizar na prática. Desde a infância que se sente “à mesa com a política”, pelo que assume uma certa dificuldade em datar a passagem do mero entusiasmo em gritar PS para o verdadeiro despertar da consciência ideológica.

Aos 15 anos, porém, já contrapunha a sua opinião à da família, apesar de admitir ilustrar bem o velho ditado popular segundo o qual “quem sai aos seus não degenera”.

Neto de Joaquim Catanho de Menezes, um dos 27 delegados que, em 1973, votaram a fundação do Partido em Bad Münterfeil, o Pedro afirma com orgulho que a sua militância é, também, fruto de uma “longa e sólida herança familiar”. A adesão ao PS e à JS de Entrecampos, embora discreta, foi, por isso, encarada “com toda a naturalidade”, ainda mais quando, nos últimos meses, se tinha verificado um maior envolvimento deste jovem nas lides político-partidárias.

Tempos houve em que Pedro Catanho se recusou a assinar a “ficha rosa”, e mesmo em que não deu o seu voto aos socialistas. Mas, ultrapassadas as divergências e afastados os receios de que a militância o privasse de uma consciência individual, o novel camarada decidiu aderir ao Partido de Ferro Rodrigues, “numa conjuntura difícil, onde venceu a vontade da autocrítica, da reflexão e da abertura”.

Revolvendo-se neste “projecto socialista que se repensa e se renova”, dando lugar à “crítica construtiva de um maior número de pessoas”, o Pedro não se furtou ao dever da intervenção. Além de ter participado “de forma muito ligeira” em prévias campanhas, envolveu-se empenhadamente na reeleição de João Soares para a Câmara Municipal de Lisboa em Dezembro último.

Apesar do desaire eleitoral, não desarmou, tornando-se militante inscrito e preparando-se para a contenda das legislativas, altura em que ingressa também na “jota” socialista, onde presentemente desenvolve diversas actividades, porque, segundo confidência, “estamos no começo de um novo ciclo e é preciso ajudar a construí-lo”.

Questionado sobre as suas actuais



preocupações, o jovem militante fala do “premente problema do afastamento entre a política e os cidadãos”, um fenómeno que associa ao descrédito a que os políticos se vêem votados.

“Acho preocupante e negativo este desinteresse generalizado dos eleitores pelas pessoas que escolheram para seus representantes e pelas suas práticas públicas, partindo do princípio de que lhes é indiferente quem governe”.

O assustador magnetismo com que a extrema-direita tem atraído diversas camadas populacionais um pouco por toda Europa desperta no Pedro a consciência da “urgência de agir”.

“Mais do que andar por aí a gritar: ó tio, ó tio, vem aí o fascismo, é preciso pensar o porquê da popularidade destes fenómenos radicais”, defende, denunciando que o descrédito social da política é tal maneira crítica que qualquer coisa que se apresente como uma resposta concreta aos problemas concretos das populações acaba por exercer um fazer chamamento ao voto”.

“Mais importante do que fazer dramas patéticos e ignorar realidades é saber conceber soluções eficazes” que, em conformidade com os valores do socialismo e do humanismo, para os problemas das pessoas, “com um grande sentido de autocrítica”.

Parafrazeando Ferro Rodrigues, o militante afirma ser necessário e urgente “pôr tudo em causa, excepto os nossos valores e princípios, sem esquecer que somos e sempre seremos um partido de esquerda”.

No contexto nacional, Pedro Catanho diz-se consciente de que “o País vive uma conjuntura

difícil – relativamente à qual o PS não deve eximir-se a assumir as suas responsabilidades –, mas que tem sido dramatizada e instrumentalizada pelo actual Governo, para justificar medidas que de outra forma gerariam uma forte contestação social”.

“A falta de sensibilidade social do novo Executivo” de direita é outra das preocupações deste jovem militante, que faz questão de frisar o seu contentamento pela “actuação atempada e incisiva do Partido Socialista enquanto oposição”.

PERFIL

Nome
Pedro Catanho de Menezes Cordeiro

Idade
23 anos

Ocupação
Engenheiro da linguagem e do conhecimento

Hobbies
Ler, escrever, cinema, passear a pé e viajar

Militância
Adesão ao PS em Janeiro e inscrição na JS em Abril de 2002

Referências socialistas
Mário Soares, Joaquim Catanho Menezes, Helena Roseta, Ferro Rodrigues e Olof Palme

Expectante face ao que se vai passar no seio do PS, Pedro Catanho não se exclui do trabalho de renovação e diz: “Quando falo sobre o que espero do Partido, estou também a falar, obviamente, sobre o que espero de mim próprio enquanto militante. Não quero ser um mero espectador”.

“Estou disponível e pronto para dar um contributo à minha dimensão e espero que o PS faça uma oposição crítica e inteligente sem cair na tentação do bloqueio”, afirma.

Pedro Catanho aconselha a bancada socialista e a direcção do Partido a não descurar a defesa das questões sociais, salientando a importância de “reconquistar” a população jovem para a política e, sobretudo, para o socialismo.

Relativamente à liderança do PS, o jovem faz um balanço muito positivo, lembrando que, quando se pôs o problema da sucessão de António Guterres, o nome de Ferro Rodrigues foi a sua primeira escolha.

“Apesar de ser uma liderança recente, tenho gostado do que tenho visto”, declara, referindo-se de seguida ao resultado eleitoral das legislativas como “muito bom dadas as circunstâncias” e elogiando o poder de “congregação” e a postura de “abertura” do secretário-geral apesar da derrota sofrida a 17 de Março.

Para o Pedro, “com Ferro Rodrigues, a autocrítica salutar reencontrou o seu espaço no PS”. Democrata incondicional, Pedro confessa que nada o faz pensar na queda do actual Executivo, considerando “desejável” que a nova equipa governativa “exerça e bem o mandato popular que lhe foi entregue”. Porque, “acima de tudo, está Portugal”.

MÁRIO RODRIGUES



Timor-Leste é a mais jovem nação do mundo, a primeira do século XXI e a 191ª da Organização das Nações Unidas. Os timorenses assumiram o destino do seu país às zero horas de segunda-feira (hora local), no campo de Taci Tolo, a cinco quilómetros de Díli. Quando Xanana discursou em Timor, no estádio 1º de Maio, em Lisboa, houve lágrimas, abraços, champanhe e brindes. As comemorações foram vividas com explosões, mas de alegria.

Em 1999, as imagens que nos chegavam de Díli eram bem diferentes. Mostravam os olhos assustados das crianças que fugiram após o referendo e o saque. O que vimos domingo foram as caras felizes dos jovens de um país em que 45 por cento da população tem menos de 15 anos.

Quer isso dizer que o renascido Timor tem condições para crescer saudável? As dúvidas são muitas. Depois de uma colonização portuguesa longínqua e descuidada e de uma ocupação indonésia nunca aceite, o nível país está praticamente sem quadros e mergulhado

na pobreza.

Portugal e a comunidade internacional prometem continuar a ajudar, mas a responsabilidade passou a ser integralmente dos líderes políticos timorenses.

Ora, nesta democracia nascente existe uma dupla legitimidade, cujo convívio parece difícil. A primeira resultou das eleições constituintes e legislativas, vencidas folgadoamente pela Fretilin, liderada por Mário Alkatiri, um timorense que viveu exilado em Moçambique e conserva muitos princípios revolucionários de inspiração marxista. Como primeiro-ministro,

TIMOR

DIA DA INDEPENDÊNCIA

concentra o essencial do poder. A segunda é representada por Xanana Gusmão, eleito Presidente com uma votação esmagadora, mas que está isolado e tem poucos poderes constitucionais.

Em Taci Tolo, pouco depois da meia-noite içou-se a bandeira timorense. A distância não impedira a partilha da emoção dos que viveram o momento que simbolizou o nascimento da primeira nação do século.

Milhares de pessoas, um pouco por toda a parte, testemunharam a consolidação da sofrida e ansiada independência da terra do Sol Nascente. "Viva Timor", disse Xanana, "Viva", gritou a multidão.

No seu primeiro discurso presidencial depois da independência, Xanana Gusmão apelou à reconciliação e ao princípio de uma nova era nas relações com a Indonésia, saudando ainda Portugal por ter assumido a causa de Timor como sua.

Agradecendo a "demonstração de amor" de "nações pequenas, grandes, ricas e pobres, irmãs visando o bem-estar do povo de Timor", o Presidente salientou que "governar-se a si próprio ainda significa liberdade através de muito sofrimento".

Assim, a grande festa não fez esquecer as enormes dificuldades que Timor-Leste independente enfrenta. O secretário-geral das Nações Unidas esteve lá para recordar algumas delas.

"Com o novo dia, vem um novo começo", disse Kofi Annan, lembrando que "a independência não constitui um fim, marca somente o início da autodeterminação, o que requer um espírito de disciplina, de unidade e de firmeza".

Jorge Sampaio recordou o dia, era ainda candidato presidencial, em que definiu a independência de Timor-Leste como um grande objectivo.

Nunca supôs, porém, que aquilo que se viu fosse possível. Ouvir "na Ásia" cantar uma missa "em latim e em português" constituiu algo que lhe tocou no mais fundo de si mesmo.

Confiante nas autoridades timorenses para conduzirem e afirmarem o novo País, bem como para construírem um novo regime de liberdade de pluralismo, Sampaio frisou a perseverança do povo maubere na luta pela autodeterminação.

"O caminho dos timorenses para a independência foi uma lição de resistência e coragem para nós e para a comunidade internacional. Passo a passo, ao longo de anos de sacrifício, nunca deixaram de lutar", afirmou o chefe de Estado português.

Discreto, António Guterres confessou-se "fortemente emocionado", revelando de seguida que, em plena crise de Timor telefonara a Bill Clinton, então Presidente dos Estados Unidos, ameaçando demitir-se caso os EUA continuassem a apoiar a Indonésia.

O ex-chefe de Estado norte-americano, também presente em Taci Tolo, manifestou-se "agradecido e feliz".

A independência de Timor-Leste é um tributo à persistência do povo timorense e dos seus líderes, garantiu Clinton, para quem ao grito da liberdade tornado real segue-se o trabalho de um povo livre perante grandes desafios. É e nestes reptos que "o mundo tem de ajudar Timor".

MARY RODRIGUES

HISTÓRIA DE (IN)DEPENDÊNCIA

1520 Descoberta da ilha de Timor pelos portugueses, que ocupam a sua metade oriental.

11 DE AGOSTO DE 1975 A Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin, de inspiração marxista) apodera-se de Díli.

28 DE NOVEMBRO DE 1975 A Fretilin proclama a independência.

7 DE DEZEMBRO DE 1975 A Indonésia invade o território.

17 DE JULHO DE 1976 Jacarta anexa por decreto Timor-Leste.

1987 Criação do Conselho Nacional da Resistência, sob a direcção de Xanana Gusmão.

12 DE NOVEMBRO DE 1991 Massacre de Díli. Militares indonésios disparam sobre manifestantes independentistas, causando 200 mortos/desaparecidos.

20 DE NOVEMBRO DE 1992 Xanana Gusmão é preso em Díli.

21 DE MAIO DE 1993 Xanana é condenado a prisão perpétua.

11 DE OUTUBRO DE 1996 O Prémio Nobel da Paz galardoa duas personalidades da luta pela autodeterminação de Timor-Leste: D. Ximenes Belo e José Ramos-Horta.

11 JULHO 1998 Após a queda do ditador Suharto, o novo Presidente, Yusuf Habibie, propõe-se libertar Xanana se a comunidade internacional reconhecer Timor-Leste "parte integrante" da Indonésia, com um estatuto especial de autonomia.

7 DE FEVEREIRO DE 1999 Jacarta aceita uma consulta dos leste-timorenses.

5 DE MAIO DE 1999 Indonésia e Portugal assinam um acordo prevendo uma consulta popular de autodeterminação.

30 DE AGOSTO DE 1999 98,6 por cento dos eleitores participam no escrutínio de

autodeterminação organizado pela ONU.

4 DE SETEMBRO DE 1999 78,5 por cento dos leste-timorenses votaram pela independência.

7 DE SETEMBRO DE 1999 Xanana Gusmão é posto em liberdade.

15 DE SETEMBRO DE 1999 A ONU autoriza a deslocação de uma força multinacional (Interfet) de 7 mil homens, comandada pela Austrália.

20 DE SETEMBRO DE 1999 A Interfet chega a Díli, esvaziada dos seus habitantes. Cerca de 250 mil timorenses são expulsos ou transferidos para a zona ocidental, sob controle indonésio, pelas milícias. A violência fez entre mil e dois mil mortos.

19 DE OUTUBRO DE 1999 O parlamento indonésio aceita o resultado da votação timorense.

25 DE OUTUBRO DE 1999 A ONU cria a Administração Transitória de Timor-Leste (UNTAET).

NOVEMBRO DE 1999 Portugal e Indonésia acordam restabelecer relações diplomáticas.

12 DE JULHO DE 2000 O Conselho Consultivo Nacional aprova o primeiro gabinete de transição formado por quatro representantes do Conselho Nacional da Resistência Timorense e quatro personalidades internacionais designadas pela ONU.

30 DE AGOSTO DE 2001 A Fretilin ganha 55 dos 88 lugares da nova Assembleia Constituinte, durante o primeiro escrutínio democrático do território.

20 DE SETEMBRO DE 2001 Novo Governo de transição é dominado pela Fretilin.

14 DE ABRIL DE 2002 Xanana é eleito Presidente com 82 por cento dos votos.

20 DE MAIO DE 2002 Timor é proclamado independente.

UNIÃO EUROPEIA

SOCIALISTAS DEBATEM FUTURO

A Europa do século XXI merece uma reflexão aprofundada, de forma a encontrar o caminho que continue a conduzir o Velho Continente pela senda da paz e do progresso, que conheceu nos últimos 50 anos.

O percurso não se afigura fácil. Há velhos fantasmas que ressurgem e novos medos que despontam. Os egoísmos nacionais estão exacerbados como há muito se não via, como se verifica pelos resultados eleitorais em diversos países, onde a extrema-direita tem vindo a ganhar cada vez mais terreno, com recurso a discursos racistas, xenófobos e anti-europeus. Acresce que o modelo político europeu se encontra em redefinição em sede de Convenção Europeia.

Soma-se a isto a questão do alargamento, com a entrada de novos países na UE já em 2004. Os eurodeputados socialistas, num rasgo de antecipação, desde há dois anos que vêm debatendo o futuro da Europa. Esse debate, de crucial importância, terá novo momento alto num encontro de trabalho organizado pelo PSE para os próximos dias 27 e 28, na cidade de bruxelas.

Na reunião serão analisados os trabalhos da Convenção Europeia, a reforma das instituições e a redefinição do modelo europeu no novo contexto histórico do Velho Continente.

O evento contará com a presença de Ferro Rodrigues, bem como do líder da bancada do PS na Assembleia da República, António Costa, do comissário europeu António Vitorino, de Mário Soares, vários membros da Convenção e parlamentares europeus.

Sampaio promove mesa-redonda

No panorama nacional, também o chefe de Estado, Jorge Sampaio, está apostado na



promoção de uma mesa-redonda e de um seminário nos dias 3 e 4 de Junho, no Palácio da Ajuda, para dar um impulso ao envolvimento de Portugal no amplo debate em curso sobre o futuro da União Europeia (UE).

"Um modelo político para a Europa do século XXI" será o tema para reflexão em torno do qual debaterão várias personalidades do mundo académico e político europeu como Joseph

Weiler, Larry Siedentop, Peces Barba, Dusan Sidjanski, Michel Melchior, António Vitorino e o Presidente da República da Eslovénia (país candidato à adesão), Milan Kucan.

No dia anterior ao seminário, o Presidente da República opta por ouvir em privado as opiniões dos especialistas convidados.

Questões institucionais, como por exemplo a criação de um sistema bicameral na UE, estarão

na ordem de trabalhos de uma mesa-redonda que decorrerá à porta fechada na Ajuda.

O encontro promete ser muito interessante e rico, tendo em conta o perfil dos protagonistas. Larry Siedentop, professor de Oxford e autor da obra *Democracia na Europa*, e Dusan Sidjanski, também autor do livro *O Futuro Federal da Europa*, consideram que o modelo federalista é o que melhor assenta à União quando se verifica o alargamento a mais Estados e se verifica que o actual está esgotado.

O espanhol Peces Barba, especialista em Direitos Humanos, professor de Filosofia do Direito na Universidade Complutense de Madrid e actualmente reitor da Universidade Carlos III, dará o seu contributo sobre a necessidade ou não de existir uma Constituição Europeia.

Os comissários europeus António Vitorino e Michel Barnier falarão da sua experiência na Comissão Europeia e na qualidade de representantes do Executivo comunitário na Convenção sobre o futuro da Europa.

Do Parlamento Europeu, estará presente o espanhol Iñigo Mendez de Vigo, autor do relatório do PE sobre o Tratado de Nice e igualmente representante desta instituição na Convenção.

No seminário de dia 4, também na Ajuda, a discussão será aberta ao público. O reforço do princípio da igualdade entre os Estados, a Constituição para a Europa e a democracia europeia são os temas das intervenções.

A ideia é que o debate seja o mais alargado possível, pois já por diversas vezes o Presidente manifestou a necessidade de haver "entusiasmo da sociedade civil e uma opinião pública esclarecida e unida em torno das suas opções europeias".

M.R.

CONGELAMENTO DE PROVAS E HAVERES

PROPOSTA DE LUÍS MARINHO APROVADA NO PE

A proposta do eurodeputado socialista Luís Marinho de alargar a 32 delitos as decisões judiciais de congelamento de haveres ou provas foi aprovada maioritariamente pela Comissão de Justiça do Parlamento Europeu.

A proposta - que será votada pelo plenário na sessão de Julho - serve de base à nova Decisão-Quadro do Conselho que deverá ser aprovada ainda este ano.

Assim que entrar em vigor, a União Europeia (UE) terá pela primeira vez na sua história o reconhecimento mútuo e pleno de todos os efeitos jurídicos de decisões judiciais em matéria penal.

Na prática, significa que uma decisão judicial de congelamento de haveres ou provas emitida por um Estado-membro é aceite e automaticamente executada pelas autoridades dos restantes membros da UE.



A ampliação a 32 delitos do campo de aplicação da lei - muito acima dos seis inicialmente previstos - deve-se fundamentalmente aos atentados de 11 de Setembro de 2001 e à firme intenção da UE de lutar contra o terrorismo.

Para Luís Marinho, "o conteúdo da iniciativa de decisão-quadro é absolutamente revolucionário relativamente ao sistema tradicional e abre perspectivas de futuro inimagináveis até há pouco tempo, dando mais um passo na construção da União Europeia, tornando-a mais segura e mais justa".

Solidariedade entre Estados e cidadãos

Entretanto, o eurodeputado Luís Marinho, representante do PE na Convenção Europeia, afirmou em Estrasburgo "ser fundamental que

a União Europeia assumia as suas responsabilidades quanto à solidariedade entre Estados e cidadãos, colocando ao nível das suas competências próprias a coesão e a política estrutural".

Luís Marinho intervinha no debate do relatório sobre a delimitação de competências entre a UE e os Estados-membros, que servirá de base à posição do PE no seio da Convenção que discute a reforma e o futuro da Europa.

O eurodeputado socialista classificou ainda como "corajosas" algumas das propostas avançadas no documento, tais como, por exemplo, as de passar para a esfera de atribuições próprias da UE o seu financiamento e a definição da política externa e de defesa, "adaptando-se, neste caso, o modelo original do projecto europeu às novas circunstâncias e exigências do tempo".

Como se responde a este processo de desenraizamento dos partidos, de tal modo que outras estruturas menos formalizadas e mais plásticas se aprestam a substituí-los em algumas das suas funções tradicionais?

O Partido Socialista abriu um processo que se tem designado de renovação, mas que se desdobra em várias operações de modernização, de aproximação à sociedade civil e de rejuvenescimento. Não é um processo de mera alteração estatutária. É um processo que visa mais longe. Foi o primeiro partido português a entender que a reforma do sistema político se inicia nos partidos, os quais não podem ambicionar credibilidade para as suas propostas de reforma daquele sistema se não aceitarem mudar eles mesmos.

A estratégia de renovação deve partir de uma adequada leitura da realidade política actual. Em Portugal, como na Europa (mas menos nos EUA, por razões próprias do tipo de partidos aí existentes), os partidos políticos enfrentam os maiores desafios desde a sua origem. A política partidária tende a ser considerada por muitos desinteressante e desmotivadora. A militância diminuiu. O entusiasmo quanto ao trabalho dentro dos partidos esmorece. Os partidos tendem a profissionalizar-se. Por via da crescente dependência do financiamento público e da gradual sujeição do seu funcionamento a regras de Direito paraconstitucional, os partidos tornam-se quase organismos do Estado esbatendo-se a sua vinculação à sociedade civil, donde provém. Como se responde a este processo de desenraizamento dos partidos, de tal modo que outras estruturas menos formalizadas e mais plásticas se aprestam a substituí-los em algumas das suas funções tradicionais?

Responde-se, naturalmente, promovendo ou renovando laços com os cidadãos. Há que gerar soluções imaginativas que garantam que os partidos não sejam apenas os seus militantes, os seus dirigentes e os seus funcionários, cada vez mais profissionalizados. Quer os simples votantes, quer os simpatizantes não inscritos, quer os próprios independentes próximos do Partido devem ser motivados a sentir o PS como algo deles em cuja condução possam ter alguma influência. Não significa isto a diluição da categoria dos militantes. É através deles que o partido vive e intervém em permanência, mesmo nos períodos de menor intensidade política. Prescindir ou desvalorizar os militantes, cedendo à tentação de transformar o PS num Partido de quadros, meramente vocacionado a disputar eleições e a exercer cargos políticos, seria um erro.

O problema é que há outra parte da história, eventualmente menos notória mas igualmente assustadora. Este Governo foi eleito à custa dos protagonistas e do programa eleitoral mais fracos de que há memória na democracia portuguesa: um autêntico caldo de vacuidades temperado com muita demagogia e a impune invenção de um quadro de catástrofe nacional.

Partilhando o destino com outros episódios da atabalhoada entrada a matar de Durão, a sôfrega "ofensiva RTP" transformou-se rapidamente numa rábula cujo fim, ainda entrevisto, faz temer o pior. Como é evidente, e antes de mais, a solução "canal único e generalista" não é, na prática, mais do que um passo num não assumido caminho faseado para uma "solução final" para o próprio serviço público. Sob o pretexto da catástrofe financeira de uma estação supostamente incapaz de gerar um serviço público de qualidade, o PSD quis demonstrar que é bom pagador. Apressou-se, pois, a anunciar medidas que nem resolvem qualquer problema financeiro, porque é pura demagogia pensar que poupar na RTP2 é a solução para sustentar uma RTP1 em condições, nem garantem um serviço público melhor, porque um serviço público de um canal incorre inevitavelmente numa contradição insanável: ou é amputado de uma programação para as minorias ou é incapaz de constituir um "benchmarking" para as maiorias, falhando sempre, pelo menos, um destes objectivos.

Tão ou mais grave do que as consequências destas medidas é o facto de esta situação ser, em larga medida, produto de opções activamente tomadas no passado não por administrações da empresa mas pelos poderes públicos. Começando pela ruínosa venda da rede de emissores, passando pelo fim da taxa de televisão e acabando no crónico subfinanciamento da RTP num contexto de restrições publicitárias nos canais públicos.

No fundo, é como se o Estado, depois de dez anos a promover activamente um quadro de ruína a prazo, como sucederia a qualquer empresa sistematicamente descapitalizada e entregue sem piedade a um contexto concorrencial após ter engordado num tranquilo monopólio durante décadas, viesse agora concluir, com manifesta surpresa e pesar, que ela é inviável. E, nada ironicamente, a comissão liquidatária que hoje ganha forma é promovida por aqueles que há dez anos iniciaram a descida rumo ao abismo.

Com igual surpresa e pesar, os actuais governantes lamentam candidamente que a RTP tenha feito contratações milionárias e que tenha embarcado numa corrida para baixo em direcção ao "quanto pior, melhor" das audiências. Independentemente dos nomes e situações em concreto, é preciso que alguém explique a estes senhores que uma empresa em profunda crise num mercado dominado por dois concorrentes agressivos e mais fortes tem basicamente duas opções: ou espera tranquilamente pelo fim ou, jogando as regras do jogo porque a isso é obrigada, faz alguma coisa numa lógica expansionista.

Para acentuar a perversão inconfessável das opções do PSD nesta matéria e das motivações pouco claras para tanta pressa, somos ainda presenteados com mentiras descaradas de membros do governo sobre as reuniões do conselho de ministros, sem sequer um pedido de desculpas, e com

RENOVAR O PARTIDO

Consequentemente, o processo de abertura a não militantes não pode deixar de ser acompanhado de um esforço concomitante de valorização da condição do militante, bem como dos seus direitos e dos seus deveres.

Além disso, o PS deve reponderar a sua forma de abordar os temas que interessam à sociedade civil e deverá ser capaz de melhorar a sua capacidade de intervenção comunitária. Um PS metido consigo mesmo, esgotando-se em reuniões e actividades internas dos seus (excessivamente) numerosos órgãos, não interessa aos cidadãos e desperdiça o fulgor e o empenho dos seus militantes.

O PS deve virar-se para o exterior, orientando para fora as suas actividades. Para isso, deve começar por abrir as suas sedes: abrir as que estão fisicamente fechadas, mas abrir também as que funcionam regularmente àqueles que queiram frequentá-las. Isso implica que sejam mais apelativas e que forneçam serviços úteis aos cidadãos em geral (por exemplo, o acesso à Internet, é um caso típico).

Mas o PS deve ter também a coragem de quebrar alguns círculos viciosos em que a política parece estar perversamente embrenhada. Nada obsta a que actividades com pouco valor acrescentado social (por exemplo, distribuir panfletos num mercado durante uma campanha eleitoral) sejam substituídas por acções consideradas socialmente mais úteis (por exemplo, mobilizar a população e participar na limpeza de uma praia ou de um jardim). A proposta parecerá, porventura, estranha no quadro actual de hábitos e rotinas. Mas será impraticável a médio prazo?



VITALINO CANAS

A DEFLAÇÃO DAS EXPECTATIVAS COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA

signais preocupantes de um autoritarismo atentatório do estado de direito – neste caso, perante a legítima oposição de um conselho de opinião cujos poderes o PSD quis reforçar há ainda poucos anos.

Tudo isto é vagamente bizarro, porque dificilmente poderia ser pior. Na RTP, como aliás em tudo o que implica privatizar ou contrair despesas sociais, a palavra dada (e que palavra será essa e a quem, neste caso?) é para cumprir. Mesmo quando ao arripio do mais elementar bom senso. Enquanto isto, uma fraude eleitoral prossegue alegremente, por entre promessas que não apenas não são cumpridas como insistem em se transformam no seu contrário. O problema é que há outra parte da história, eventualmente menos notória mas igualmente assustadora. Este Governo foi eleito à custa dos protagonistas e do programa eleitoral mais fracos de que há memória na democracia portuguesa: um autêntico caldo de vacuidades temperado com muita demagogia e a impune invenção de um quadro de catástrofe nacional. Ora, só por milagre se faz a partir disto um bom governo, o perverso milagre de tornar as expectativas tão baixas quanto possível para que os critérios de avaliação do desempenho se tornem também eles minimalistas, abrindo caminho ao sucesso.

Mas atenção: esse truque já resultou antes das eleições, suavemente alimentado pelo nem sempre discreto aval da comunicação social. Resultará outra vez?

MIGUEL CABRITA

SCUT

DIRIGENTES DO PS CONTRA PORTAGENS NA BEIRA INTERIOR

Os deputados socialistas eleitos por Castelo Branco, Guarda e Santarém, bem como os presidentes destes municípios, vão reunir-se a 3 de Junho para debater a eventual aplicação de portagens nas auto-estradas sem custo para o utilizador (SCUT).

A medida, anunciada pelo ministro das Obras Públicas, Valente de Oliveira, abrangerá a auto-estrada da Beira Interior, o que está a ser contestado por autarcas e deputados, entre os quais o ex-ministro do Ambiente José Sócrates, que consideram as auto-estradas sem portagens fundamentais para o desenvolvimento das regiões do interior do País.

“O Governo estreou-se na sua relação com o interior do país de uma forma péssima”, afirmou

Sócrates numa conferência de Imprensa, em que esteve acompanhado pelos cinco autarcas socialistas do distrito.

Segundo José Sócrates, as SCUT foram decididas pelo anterior Governo numa perspectiva coesão e promoção do desenvolvimento das zonas mais deprimidas economicamente e nas quais “faz sentido que haja um esforço de solidariedade nacional”.

As auto-estradas sem portagens são um incentivo à fixação de empresas e ao dinamismo económico e constituem uma das medidas mais simbólicas e importantes para o desenvolvimento regional do Interior, defendeu.

“Mas há uma razão mais importante para não haver aqui portagens, pois estas só fazem



sentido se houver uma alternativa suficientemente aceitável para se considerar que o cidadão se pode deslocar com a mesma segurança e que aqui não é o caso”, acentuou. “A política desenvolvida para as auto-estradas do interior tinha estas duas justificações. Por um lado, não existem alternativas com condições para servirem de acordo com o que são os critérios de qualidade e rapidez hoje exigidos e, por outro

lado, isso serviria de incentivo ao desenvolvimento do interior”, considerou. “Estamos aqui hoje para afirmar a nossa total oposição a essa medida”, sustentou Sócrates, acusando tratar-se de “mais uma peça daquilo que se pode classificar como uma fraude eleitoral”, tendo em conta o que foi o programa eleitoral do PSD e o que são as medidas agora anunciadas”.

BAIÃO

PS PEDE AO GOVERNO PARA NÃO RETIRAR LIGAÇÃO AO IP-4

Os vereadores socialistas da Câmara de Baião vão entregar ao Governo um pedido, subscrito por 840 municipais, para que os cortes previstos no investimento público não afectem a inscrição em PIDDAC da construção da ligação entre aquela vila e o IP-4.

Em conferência de Imprensa, o vereador socialista José Luís Carneiro, na Câmara de Baião (de maioria PSD) realçou a importância daquele eixo para tirar não só aquele concelho como os de Marco de Canaveses e Resende do “total isolamento a que se encontram hoje votados”. De salientar que parte daquele troço está já

concluída, entre o IP-4 e Quintã, em Marco de Canaveses, mas os restantes seis quilómetros, avaliados em cerca de 800 mil contos, estão por construir.

José Luís Carneiro sublinhou que esta ligação seria a primeira a passar pelo “coração” do concelho - “aproximando” a vila de Baião do Porto - mas permitiria também, com a construção posterior de um eixo até à Ponte da Ermida, sobre o Douro, ligar o IP-4, no distrito do Porto, ao IP-3, em Viseu.

“Esse eixo tornaria Baião como ponto de passagem obrigatória de um eixo rodoviário

importante, que ligaria parte da zona centro ao Norte e ao Porto, o que lhe daria hipóteses de desenvolvimento muito maiores, retirando o concelho da situação de marginalidade em que se encontra”, frisou o vereador socialista.

O ex-deputado Fernando Jesus, por sua vez, salientou que “há já projectos para isto tudo, o que se trata agora é de lançar a obra que ligue o IP-4 e o IP-3, retirando aquela região do seu isolamento crónico”.

Nos últimos 50 anos, Baião perdeu cerca de dez mil habitantes, um número significativo para um concelho cujos níveis demográficos são já de

si reduzidos e que José Luís Carneiro atribui aos problemas de interioridade que sofre.

Na proposta que vão apresentar ao Governo, os autarcas do PS recordam que a ideia de construção daquele eixo rodoviário “já vem do tempo em que Mário Soares era primeiro-ministro de Portugal, altura em que o então ministro das Obras Públicas, Rosado Correia, lançou o concurso público para a elaboração do projecto”.

A construção da estrada iniciou-se em 1997 mas parou em Quintã, aguardando agora por ordens superiores para continuar.

SANTARÉM

FEDERAÇÃO CONTESTA RECTIFICATIVO

A Federação distrital de Santarém do PS considerou que a proposta de Orçamento Rectificativo “é inadmissível e contrária aos compromissos do PSD na campanha eleitoral”.

Num comunicado, a Federação liderada pelo camarada Nelson Baltasar acusa o Governo de querer aumentar as receitas do Orçamento Suplementar à custa, entre outros, dos cidadãos, em particular dos mais

desfavorecidos, através do aumento do IVA; dos jovens casais e jovens empresários cortando o acesso aos juros bonificados; das autarquias, limitando a sua capacidade de intervenção ao nível do investimento; dos profissionais por conta de outrem, que vão ver o seu poder de compra bastante diminuído, e ainda à custa das regiões menos desenvolvidas do País, através das limitações às autarquias, mas também no corte de 390

milhões de euros de investimento no PIDDAC. “Adiam-se projectos e propostas, penalizam-se os cidadãos, desrespeita-se a Constituição, ao contrário do que nos foi proposto em campanha eleitoral”, acusam os socialistas escalabitanos, que consideram ser “o momento de começar a governar a sério”.

O PS/Santarém quer ainda que o Governo esclareça quais os investimentos centrais que

vão ser congelados, se vão continuar os apoios ao dinamismo empresarial, que nos últimos anos tem vindo a crescer na região, e quais as escolas básicas e secundárias que vão ser feitas ou reparadas ou quais são as escolas que vão fechar e ainda qual a razão porque se adia o aeroporto da Ota, e se transforma os itinerários como o IP-6 em auto-estradas com portagem, com gravíssimos prejuízos para o distrito de Santarém.

O afastamento entre políticos e as suas bases de apoio tem sobretudo a ver com a incapacidade temporária de aqueles encontrarem as respostas para problemas novos que hoje se colocam a estes. Ou seja, a incapacidade (temporária) de compreender que o paradigma cultural que esteve na base da confiança delegada pelo eleitor no seu representante se alterou profundamente e exige uma nova forma de colaboração.

A reforma do sistema político está permanentemente na ordem do dia. Debaixo deste conceito, arvorado em necessidade, acolhem-se todos os que são incapazes de compreender as razões mais profundas do seu insucesso transitório. É claro que a reforma do sistema político não é para se fazer ... é para se ir fazendo. No último Governo socialista foi até criado o Ministério da Reforma do Estado com o objectivo de dar resposta à necessidade de reforma do sistema político, mas, sobretudo, à inadiável e indispensável reforma da Administração Pública. É hoje evidente que nem se fez uma - a reforma do sistema político - nem se fez a outra - a reforma da administração pública, o que ficou a constituir, segundo a minha própria apreciação, um dos traços mais negativos da actividade do último Governo de António Guterres. É óbvio que a reforma da administração pública não pode fazer-se apenas por decreto ou actos legislativos similares, pois exige mudanças, rupturas, utilizações de novos instrumentos e de novos métodos que correspondam a uma nova cultura e tal só é possível com o decurso de muito tempo. Só que para se chegar ao fim é sempre necessário começar pelo princípio e, aparentemente, pouco foi feito para iniciar a caminhada. Seguramente que a responsabilidade não será do ministro e seus colaboradores (são, inequivocamente, pessoas dotadas de bom senso e conhecimentos para levarem a cabo a tarefa) nem provavelmente da inexistência de uma vontade política geral, que a ter ocorrido (ocorreu?) constituiria (constituiu?) um verdadeiro suicídio. Trata-se com certeza da incapacidade colectiva de romper com práticas, tradições, equilíbrios e inércias que caracterizam infelizmente "as boas práticas" da sociedade portuguesa e com a "maldita" regra da conservação que tiraniza as administrações de grandes dimensões. Estas considerações foram-me sugeridas pelo conhecimento - via comunicação social - de uma das últimas decisões do actual governo. Pretende-se legislar no sentido de não renovar o vínculo precário dos trabalhadores da função pública, nessas condições, o que, a curto prazo, se poderá (?) traduzir no despedimento de cerca de 50.000 trabalhadores (1 por cento da população activa o que a concretizar-se elevaria a taxa de desemprego de 4,2 por cento para 5,2 por cento). Pasmos com o anúncio desta medida e, nomeadamente, com a referência às suas previsíveis consequências. Tinha como assegurado que o I Governo socialista fizera um esforço notável, no sentido da integração plena nos quadros permanentes dos chamados precários, herdados do cavaquismo, (o que aliás justificava o aumento relativo de funcionários públicos durante o período) e que, consequentemente, o problema estaria resolvido. Ou não é assim e estamos, pois, perante uma descarada mentira do actual Governo, que é preciso combater sem dó nem piedade, ou é assim e temos, deste modo, de retomar o tema da necessidade da reforma da administração pública que comecei por tratar no início deste texto e, sobretudo, de alterar a incapacidade de controlar os métodos e instrumentos de gestão do Sector Público Administrativo (Estado, Segurança Social, Institutos e Administrações Regionais e Locais). Esta é a 1ª prioridade, sendo à volta dela que devem centrar-se todos os principais esforços da actividade política, a coberto de tal objectivo da Reforma do Estado. E se é certo que este é um tema e um campo de intervenção de inequívoca vocação para o Governo é também

Dois exemplos, de regras e excepções, que revelam que o Governo está apostado em sustentar um discurso demagógico de austeridade e cumprir um programa de cedência aos interesses. É assim, em relação à RTP, cujo argumento é a situação financeira da empresa; é assim em relação à RDP-Antena 3, em que à falta do argumento financeiro recorre-se ao interesse público da estação ou ainda em relação à RDP-Antena 2, em que não se aduzem argumentos.

O estilo forte e feio com que o XV Governo Constitucional tem procurado marcar as primeiras semanas de vida, traz-nos à memória protagonistas, discursos e acções de um passado relativamente recente. Invariavelmente a um discurso "buldozer" segue-se a constatação de algumas excepções, omissões e situações destinadas a salvaguardar interesses específicos. A propaganda oficial do caos e da tragédia em que os socialistas deixaram o País mergulhado, por mais que se esforce, não consegue explicar as divergências entre o discurso e a prática. Senão vejamos. A ministra das Finanças e de tudo o resto anunciou que estavam congeladas as admissões na Função Pública, o ministro da Saúde confessou que iriam ser descongeladas vagas para enfermeiros e médicos. Mais, a senhora ministra pode por despacho derreter o gelo que impede as nomeações, situação que se espera tenha ocorrido em relação às nomeações dos membros dos gabinetes dos secretários de Estado e dos ministros, não ressalvados na deliberação do Governo. A ministra das Finanças e quase tudo o resto anunciou que, no quadro de esforço nacional de sacrifício para equilíbrio das finanças públicas, as autarquias veriam a sua capacidade de endividamento fortemente condicionado, a Associação Nacional de Municípios Portugueses protestou e o ministro das Cidades reconheceu que afinal não seria bem assim. Dois exemplos, de regras e excepções, que revelam que o Governo está apostado em sustentar um discurso demagógico de austeridade e cumprir um programa de cedência aos interesses. É assim, em relação à RTP, cujo argumento é a situação financeira da empresa; é assim em relação à RDP-Antena 3, em que à falta do argumento financeiro recorre-se ao interesse público da estação ou ainda em relação à RDP-Antena 2, em que não se aduzem argumentos. Bem pode o Governo encenar peças em vários actos, que não conseguirá superar o anátema de que na RTP, a Antena 2 como na

VISTO DE BRUXELAS

REFORMA POLÍTICA (OUTRA VEZ)

certo que constitui um espaço de afirmação e alternativa para uma oposição responsável que, inevitavelmente será, a curto ou médio prazo, ela própria Governo. É claro que a Reforma do Estado não se esgota na Reforma da Administração Pública e não é portanto minha intenção minimizar ou contrariar aquilo que comumente vem sendo apresentado como a reforma do sistema político e, principalmente, como a reforma dos sistemas eleitorais. Não porque sinta, enquanto cidadão, falta de qualquer reforma no campo da alteração das leis eleitorais, mas porque sinto que as alterações (reformas?) são inevitáveis, tão forte é, desde alguns anos a esta parte, a vontade política de alguns decisores capazes de a viabilizar.

Não será por aí, no entanto, que os problemas do País serão resolvidos. O(s) actual(is) sistema(s) eleitoral(is) provaram bem em múltiplas e variadas circunstâncias, não decorrendo da sua aplicação nenhuma instabilidade política ou social.

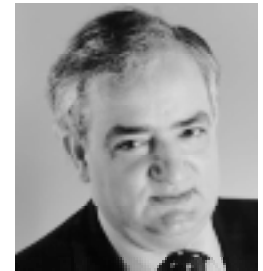
O proclamado divórcio entre eleitores e eleitos não tem a ver com os sistemas eleitorais, nem vai curar-se com a sua provável alteração.

O afastamento entre políticos e as suas bases de apoio tem sobretudo a ver com a incapacidade temporária de aqueles encontrarem as respostas para problemas novos que hoje se colocam a estes. Ou seja, a incapacidade (temporária) de compreender que o paradigma cultural que esteve na base da confiança delegada pelo eleitor no seu representante se alterou profundamente e exige uma nova forma de colaboração. Nova forma de colaboração que desde logo passa pela transparência e pela verdade e que começa nas promessas, nos objectivos, nas decisões e nas metas quantitativas contratualizadas com o eleitorado em período de campanha eleitoral.

As consequências, a médio prazo, do comportamento do PSD na recente campanha eleitoral e a forma como vem exercendo o poder, (após a vitória nas eleições) serão mais graves para a credibilidade do sistema político (e de todos os políticos em geral) do que as eventuais deficiências existentes nos sistemas eleitorais.

Relançar a Reforma do Estado, ancorada agora prioritariamente na reforma da administração pública, que passará também pela definição de um novo relacionamento entre os diversos níveis do exercício do poder, com consequências financeiras e não só, pode ser assim uma boa base para a agenda política de um Partido responsável da oposição.

Sobretudo para o Partido Socialista, que tem de introduzir nos próximos anos, na sua própria prática e na organização funcional internas, os mecanismos reformistas que o habilitem a dar resposta aos desafios do presente e do futuro, mas sobretudo, a alcançar, para bem de Portugal e dos portugueses, a curto prazo, a governação.



MANUEL DOS SANTOS

ONDE HÁ REGRA HÁ EXCEPÇÕES...

Antena 3 o que está verdadeiramente em causa são grandes negócios; são pagamentos de facturas passadas. É que, como diz o Povo, à mulher de César não lhe basta ser séria, e este Governo já provou um inequívoco despudor em faltar à verdade, faltar aos compromissos e apostar em cumprir um programa que nunca pôs em cima da mesa eleitoral. Durante a campanha, alguém ouviu falar em aumento de impostos, em pagamento de portagens nas SCUT's ou no fim da bonificação do acesso ao crédito para habitação? Obviamente que não. O Dr. Barroso, o PSD e o parceiro PP foram a jogo dopados, com um programa escondido, à prova do dia das eleições, mas a contra-análise não deixa margem para dúvidas: o PSD e o PP enganaram os portugueses. Não podem estranhar a ocorrência de autênticos fenómenos como a existência de sondagens em que o partido que assumiu a governação há pouco mais de um mês já não está à frente nas intenções de voto ou a monumental assobiadela (leia-se vaia) oferecida ao primeiro-ministro Barroso.



ANTÓNIO GALAMBA

AÇORES

**DEPUTADO DO PS
CONTRA ENCERRAMENTO
NOCTURNO DE AEROPORTO**



O deputado do PS no parlamento açoriano, José Humberto Chaves, manifestou-se contra o encerramento ao tráfego do aeroporto de Santa Maria entre a meia-noite e as seis horas da manhã. Ao intervir no debate da Assembleia Legislativa Regional, o parlamentar socialista considerou que a medida implementada pela empresa ANA prejudica a infra-estrutura aérea e os habitantes da ilha. "Se em 1980 as escalas comerciais foram retiradas da ilha e houve um decréscimo da importância do aeroporto internacional de Santa Maria, com esta medida dá-se a machadada final", alertou. Para José Humberto Chaves, o encerramento nocturno terá impactos negativos, porque põe em causa futuros postos de trabalho e, conseqüentemente, o desenvolvimento económico da ilha, com cerca de seis mil habitantes. Por sua vez, o secretário regional da Economia, Duarte Ponte, considerou que a ANA deveria manter operacional o aeroporto durante a noite, até para que se pudesse cumprir o Acordo da Base das Lajes, subscrito entre Portugal e os Estados Unidos, que define que deve existir uma infra-estrutura alternativa à das Lajes, ilha Terceira.

PS desafia PSD a clarificar posição

O PS/Açores exigiu ao líder do PSD do arquipélago uma "clarificação" sobre o empenhamento do seu partido na resolução do problema do financiamento do Serviço Regional de Saúde. Em conferência de Imprensa, o porta-voz do PS nas ilhas, Vasco Cordeiro, acusou o PSD de ter "duas posturas radicalmente diferentes" sobre esta matéria, uma protagonizada pelo grupo parlamentar na Assembleia Regional e outra pelo seu presidente, Vítor Cruz. Em causa estão declarações recentes do líder laranja açoriano, que desafiou o Governo Regional a "inaugurar um relacionamento institucional" com o seu partido com vista a resolver a dívida da Saúde no arquipélago. Na resposta, Vasco Cordeiro realçou que os deputados do PSD aceitaram integrar a Comissão Eventual para o Estudo de Financiamento do Serviço Regional de Saúde, que se reuniu pela primeira vez, enquanto Vítor Cruz "coloca reservas e entraves" à participação no grupo de trabalho. De um lado, refere o porta-voz do PS, estão os deputados do PSD, que "aceitaram debater a questão com serenidade e empenho", e do outro o líder do PSD, que "ameaça o Governo Regional com uma disparatada ruptura do diálogo". Perante estes "dois discursos", o PS pretende saber "se pode ou não contar" com o PSD na busca de soluções para financiar o serviço público de Saúde.

BAIXO ALENTEJO

ELEITO SECRETARIADO DA FEDERAÇÃO

A Comissão Política da Federação do Baixo Alentejo do PS, numa reunião que teve lugar na terça-feira, elegeu o Secretariado da Federação, apreciou um relatório de Luís Ameixa, e analisou a actual situação política. Esta estrutura mostrou a sua preocupação pela forma "pouco digna" como ocorreram as mudanças no conselho de administração da EDIA, a empresa do projecto do Alqueva, que deixaram "algo esquecidos os quadros políticos e técnicos de Beja e da região, optando-se, mais uma vez, pela importação de pessoas". Num comunicado, a Comissão Política manifestou "o seu total empenhamento e esperança no desenvolvimento, sem falhas, do empreendimento de Alqueva em todas as suas vertentes, porquanto tal é importante para o futuro da região".



MADEIRA

**CONGRESSO ANTECIPADO
PARA OUTUBRO**

O Congresso do PS-Madeira deverá realizar-se em Outubro ou depois e passou de "extraordinário" para "antecipado", tal como decidiu a Comissão Regional do partido.

Esta solução permitiu ultrapassar o impasse dos dois terços que eram exigidos pelos estatutos para a realização de uma reunião magna "extraordinária".

A proposta do congresso antecipado foi apresentada pela actual presidente interina do partido, Luísa Mendonça, face às divergências existentes nas duas propostas apresentadas à mesa da Comissão Regional.

Ambas as propostas assumiam o carácter "extraordinário" do congresso, mas uma propunha a realização da reunião magna dos socialistas madeirenses para Julho e a outra para Outubro.

Face à intransigência dos proponentes e dado que qualquer uma delas não conseguia obter dois terços dos votos expressos na Comissão Regional, Luísa Mendonça propôs uma solução de consenso.

Nesse sentido, propôs que fosse retirado o carácter "extraordinário" ao congresso (por necessitar de dois terços dos votos), passando a designar-se "congresso antecipado", cuja aprovação carecia apenas de maioria simples.

Os delegados na Comissão aceitaram esta proposta e o congresso ficou agendado para Outubro ou meses seguintes, mas sem data ainda confirmada.

Ismael Fernandes reeleito presidente da Concelhia

Entretanto, o camarada Ismael Fernandes foi reeleito presidente da Concelhia do Funchal do PS, com uma vantagem de 103 votos em relação ao seu opositor, Duarte Gouveia.

A lista de Ismael Fernandes, "Servir melhor o Funchal", obteve 303 votos contra 206 da candidatura "O futuro depende de todos" de Duarte Gouveia, que abandonou o cargo de vice-presidente do partido na presidência de José António Cardoso, para concorrer à concelhia do Funchal.

Ismael Fernandes apresenta como vice-presidentes da sua lista Gonçalo Pimenta e Agostinho Soares. O reeleito presidente da Concelhia do PS pelo Funchal agradeceu a confiança manifestada pelos militantes e disse "contar com todos os membros eleitos da Comissão Política".

"Esta Concelhia não é só de um grupo. É de todos e conto com todos os que estiverem envolvidos tanto na lista A como na lista B", sublinhou.

PORTO

**AUTARCAS DO PS
ARRASAM GESTÃO DE RIO**

Cinco meses após a eleição de Rui Rio como presidente da Câmara do Porto, os vereadores do PS desafiaram a "maioria CDU-PSD-PP" a "trabalhar mais e falar menos, cumprindo as promessas eleitorais anunciadas durante a campanha".

"Em vez de se preocupar em ser uma mera câmara de ressonância da estratégia do Governo que visa pôr em causa todo o trabalho executado quer a nível local quer a nível nacional pelos socialistas, seria bom que a maioria que governa a Câmara atacasse de frente, como exigem os portuenses, os problemas fundamentais que afectam o seu quotidiano", defendem os autarcas do PS em comunicado.

No documento, refere-se que "a única preocupação da maioria CDU-PSD-PP que governa a cidade do Porto tem sido a de criticar, suspender, revogar e interromper, sem qualquer fundamento ou critério, recorrendo à demagogia e à mentira para inviabilizar políticas que os anteriores executivos tinham já implementado e que foram sufragadas positivamente pela população".

Os autarcas socialistas dão como exemplo "a ausência clara de estratégia e os ziguezagues que vem sofrendo a política social da câmara nomeadamente em matéria de toxicod dependência e dos arrumadores".

A "destruição do Contrato-Cidade", um acordo com instituições de solidariedade social para acções junto de várias populações marginais, insere-se, para os vereadores socialistas, numa lógica feita "à semelhança do que acontece com a RTP, onde "primeiro destrói-se, depois logo se há-de ver". Os autarcas do PS acusam a maioria camarária de tratar a questão ambiental com "falta de rigor, demagogia e insinuação mentirosa".

O PS critica ainda "o mais despuadorado ataque a toda a classe trabalhadora do município" levado a cabo pela maioria, "ao pretender insinuar junto da opinião pública a ideia, manifestamente injusta, de que todos os trabalhadores municipais são irresponsáveis".

Isto faz-me lembrar os nossos jogos de miúdos, quando a vossa equipa estava a perder os jogos e um de vocês pegava na bola e arrancava "a bola é minha, a bola é minha!".

OS DONOS DA BOLA

ELISABETE AZEVEDO

MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL

Melhor do que a minha opinião sobre a solução engenhosa do Governo que consistiu na alteração da lei relativa ao Conselho de Opinião da RTP é partilhar com os leitores os diálogos que eu própria assistí entre o Zé Consciência, o Xico Esperto e o Sr. Ministro Morais Sarmiento sobre este mesmo assunto.

Antes de ser conhecido o veto...

Sr. Ministro - O quê? Temos de enviar os nomes que eu quero para o CA da RTP a estes Senhores do Conselho de Opinião?

Zé Consciência - É verdade. E ainda bem que as propostas do nosso PSD não foram todas para a frente no passado...Porque quando éramos oposição ainda tentámos aumentar os seus poderes. Xico Esperto - Isso agora não interessa. Águas passadas não movem moinhos! O que interessa é agora mandar rapidamente os nomes para o Conselho de Opinião, anunciar logo quem são numa conferência de imprensa. E já está.

O Conselho de Opinião vota....

Sr. Ministro - Comigo não brincam! Isto não fica assim!

Zé Consciência - Tem calma. Temos de ter serenidade.

Xico Esperto - Qual serenidade, qual quê? Vamos é fazer uma jogada de Mestre! Alteramos a lei do Conselho de Opinião.

Sr. Ministro - Boa!!!!

Zé Consciência - Não podem fazer isso. Tu não podes mudar uma lei porque não gostas da decisão de um organismo.

Ministro - Eu posso tudo. Afinal, não somos nós o Governo?

Zé Consciência - Sim, mas, também para os governos, as leis são gerais e abstractas. Podemos recorrer judicialmente, porque consideramos que ultrapassaram as suas competências. Agora, daí a alterar a própria lei do Conselho de Opinião... Se não concordávamos com os seus poderes devíamos ter começado por aí. Mas, como estamos a correr desenfreadamente como uns loucos...

Eu bem disse que devíamos ter um dossier completo e cuidado.

Sr. Ministro - Oh, Xico, desenvolve lá essa tua ideia genial...

Xico Esperto - Não tem nada que saber. Anunciamos que o veto é ilegítimo, que não é um simples organismo que vem questionar um programa de governo, e sem dar mais explicações propomos na Assembleia a alteração. O segredo é não falar muito e sobretudo não proporcionar diálogo. Mantemos aquele ar de pouca conversa e de muito trabalho!! É tiro e queda. E se for preciso no "Expresso" volta-se com a história das forças de bloqueio. O Balsas já me ligou a garantir que enquanto durar esta coisa da RTP tu vens para cima no painel do "Expresso".

Zé Consciência - Não me agrada nada. Não gosto nada destas engenhocas. Nós somos um Estado de Direito. Isto faz-me lembrar os nossos jogos de miúdos, quando a vossa equipa estava a perder os jogos e um de vocês pegava na bola e arrancava "a bola é minha, a bola é minha!".

Cenas dos próximos episódios...

O Sr. Ministro no gabinete gritava contra o Prof. Marcelo e um tal Nuno Júdice que desavergonhadamente contestaram a sua decisão.

Sr. Ministro - Mas quem são estes tipos!!! Eu é que sou Ministro. Eles não podem vir dizer que eu errei.

Zé Consciência - Eu avisei-te. Lembra-te que o Dr. Nuno Júdice é o Bastonário da Ordem dos Advogados, é PSD, e o Prof. Marcelo é o nosso grande Mestre.

Xico Esperto - Se eles não fossem PSD... O melhor é pontapé na bola. Afinal a bola, recorrendo ao exemplo do chato do Zé, é sempre nossa, eles que falem...

Dois meses bastaram para que muitos dos que votaram no PSD comecem, agora, a aperceber-se do logro em que caíram e a quem entregaram os destinos deste País.

E AINDA MAL COMEÇOU O REGABOFE

Logo na noite das eleições me pareceu, e escrevi-o na altura, que pelo andar da carruagem não seria difícil de prever o que nos reservava o futuro, com este Governo. E mais referi, que ou muito me enganava ou os portugueses ainda iriam ter saudades dos governos do PS e de António Guterres.

Afinal, nem foi preciso esperar por muito tempo. Dois meses bastaram para que muitos dos que votaram no PSD comecem agora a aperceber-se do logro em que caíram e a quem entregaram os destinos deste País.

Recordo que em 1975 e em pleno PREC - para os mais novos ou outros que já se tenham esquecido, Período Revolucionário Em Curso - tivemos um primeiro-ministro de quatro dos seis governos provisórios, então em voga, que ficou tristemente famoso pelos seus delírios inflamados e revolucionários.

Depois da gritaria histérica do actual titular do cargo, em tom e linguagem próprios das discussões da lota do peixe, no sábado passado, em Coimbra, a propósito da RTP, só se pode concluir que é bem verdade que a história se repete frequentemente, neste caso para pior, embora com outros personagens.

É este, infelizmente, o primeiro-ministro que temos, o qual, em vez de se preocupar a sério com a retoma da confiança dos agentes económicos e a recuperação do País, continua, alegremente, como se ainda estivesse na Oposição ou em campanha eleitoral, a insistir na tecla do caos e da pesada herança, alimentando irresponsavelmente o anátema da crise que, de tanta insistência, pode, então sim, redundar numa situação de verdadeira recessão da economia.

Já o referi, em anteriores ocasiões, que a situação económica deixada, em 1995, pelo último governo do professor Cavaco Silva, no qual participavam, também, o Dr. Durão e a actual ministra das Finanças, era bem pior do que a actual, quer ao nível do défice orçamental (2,6 por cento contra 5,2 por cento), quer do crescimento da despesa (3,3 por cento contra 4,5 por cento), quer da dívida pública (56,8 por cento contra 63,1 por cento do PIB), sendo que, neste último caso, a dívida portuguesa, até é, em termos relativos, a quarta mais baixa da União Europeia.

Eis pois, desde logo aqui, e para além de muitos outros aspectos, nomeadamente em termos das políticas sociais, uma enorme diferença entre os governos do PS e do PSD. É que nunca se ouviu António Guterres, ou qualquer seu ministro, se desculpar dos insucessos ou falhanços do seu Governo, por causa das dificuldades económicas herdadas do antecessor.

Como oportunamente referiu o ex-ministro José Sócrates, este Governo está a transformar-se numa autêntica fraude eleitoral, pois foi eleito no pressuposto de que cumpriria os seus principais compromissos eleitorais - redução dos impostos, contenção da despesa e aumento das pensões

- mas está a fazer precisamente o contrário, aumentando o IVA, eliminando a bonificação de juros na aquisição de casa própria e remetendo a equiparação do valor das pensões ao salário mínimo nacional, lá para as calendas gregas. Insaciáveis no seu apetite açambarcador, pretendem também, sob o falso pretexto de uma alegada insolvência económica, acabar com a RTP, ou seja, a única televisão capaz de nos garantir a necessária isenção e pluralismo na informação e a adequada prestação de um verdadeiro serviço público.

Toda esta operação, meticulosamente engendrada, contra a RTP faria certamente de Maquiavel um mero aprendiz das famosas perfídias "florentinas". De facto, o que vai naquelas mentes diabólicas constitui o maior atentado, pós-25 de Abril, alguma vez feito contra a vitalidade do regime democrático, roçando mesmo, como muito bem referiu o insuspeito general Loureiro dos Santos, a própria esfera da Segurança e da Independência Nacional.

Desconhecerão, porventura, ou fingem desconhecer, que a situação da RTP não é um caso isolado na Europa dos quinze, sendo até de todas as Tv europeias a que tem menor financiamento público e, mesmo no grupo dos "pequenos países", a que tem menos custos e funcionários? Desconhecerão, ou fingem desconhecer que, por exemplo, na vizinha Espanha o passivo da TVE já vai nos cerca de 1300 milhões de contos? Não consta, no entanto, que "nuestros hermanos" a queiram desbaratar.

Não nos iludamos, o cerne da questão não é o défice da RTP, muito menor do que nas congéneres europeias, nem muito menos a alegada inviabilidade de reestruturação e regularização da sua situação económica. A preocupação é outra, e visa a liquidação científica da RTP a prazo. Primeiro, reduzindo-a a um só canal, supostamente de serviço público, mas inevitavelmente, dada a programação, condenada a não ter público.

Depois... o próprio tempo, e nem será preciso esperar muito, encarregar-se-á da certidão de óbito, deixando-nos completamente nas mãos dos canais privados.

Genial!... O "Príncipe" certamente aplaudiria.



GIL FRANÇA

A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

A análise da situação política e o relatório de contas do partido em 2001 são os principais pontos da agenda da reunião da Comissão Nacional marcada para o próximo domingo, 26 de Maio.

Promovido pelo Delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu decorre nos dias 26 e 27 de Maio, em Bruges, na Bélgica, um encontro de reflexão sobre os trabalhos da Convenção Europeia em que vão participar o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, o líder da bancada socialista na Assembleia da República, António Costa, o comissário europeu António Vitorino, o cabeça-de-lista do PS no Parlamento Europeu, Mário Soares e ainda vários membros à Convenção e deputados europeus, nomeadamente Carlos Lage, líder do delegação socialista no PE, e Luís Marinho, representante do Grupo Parlamentar do PSE à Convenção.

Na terça-feira, 27 de Maio, tem lugar o último colóquio organizado pela Concelhia de Lisboa sobre o "Futuro do PS" em que serão oradores convidados Paulo Pedroso e Elisa Ferreira.

Tem lugar a reunião semanal do Secretariado Nacional.

Em Bruxelas reúne-se o plenário do Parlamento Europeu para a mini-sessão de Maio, em que será debatido o relatório de Sérgio Sousa Pinto sobre o Instituto Europeu de Estudos de Polícia.

Prosseguem os plenários de militantes. Sexta-feira e sábado, 24 e 25 de Maio, Fausto Correia, Pinha Moura, Paulo Pedroso, António Costa e Jorge Coelho deslocam-se a Braga, Braga, Guarda, Leiria, Santarém, Setúbal e Coimbra, respectivamente.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

SECÇÃO PS BONFIM
RUA DE SANTO IDEFONSO, N.º416
4000-472 PORTO
22 591311

SECÇÃO PS CAMPANHÃ
PRAÇA DA CORUJEIRA, 349 R/C
4300 PORTO
22 5362396

SECÇÃO PS CEDOFEITA
RUA SANTA ISABEL, 82
4050-536 PORTO
22 6090471

SECÇÃO PS PARANHOS
LARGO IGREJA PARANHOS, 12
4300-325 PORTO
22 5025225

SECÇÃO PS RAMALDA
BAIRRO CAMPINAS, BLOC06 ENT/43 -CS/11
4100-144 PORTO
22 6174824

SECÇÃO PS MASSARELOS
RUA DO CAMPO ALEGRE, 78 CASA 13
4100 PORTO
22 6064597

SECÇÃO PS VITÓRIA
R. AURÉLIO PAZ DOS REIS, 355 - 4º DTO. FRE.
4250-068 PORTO



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

- Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados